



ICMBio/CDoc



0784740

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EQSW, 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo Sudoeste
Caixa Postal nº.7993 - CEP: 70670-350 - Brasília/DF. Telefone (61) 3341-9011/9013

Ofício nº 320/2014-GABIN/PRESI/ICMBio

Brasília, 22 de maio de 2014.

Ao Senhor

JUNNIUS MARQUES ARIFA

Secretário

Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente

Tribunal de Contas da União

SAFS, Quadra 4, Lote 1, Anexo I, Sala 138

700042-900 Brasília/DF



0000512742085

Assunto: Ofício nº 0613/2013-TCU/SecexAmbiental – Notificação do Acórdão nº 3.101/2013-TCU-Plenário - Relatório de Auditoria, TC 034.496/2012-2.

Senhor Secretário,

1. Trata o presente expediente de resposta deste Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio acerca do relatório da auditoria para avaliar a governança ambiental das Unidades de Conservação na Amazônia.

Acórdão 9.3.1 – dote as unidades de conservação federais de plano de manejo adequados à sua realidade visando o aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental dessas áreas, conforme preceitua o art. 27 da Lei nº 9.985/2000).

2. Segue o Anexo I referente ao Plano de Ação para dotar as unidades de conservação federais da Amazônia de Planos de Manejo.

Acórdão 9.3.2 – estude, em conjunto com o Ministério do Turismo, formas de implementar projetos piloto que busquem alternativas para o incremento da visitação, do turismo e da recreação nas unidades de conservação do bioma Amazônia, de forma a atender o exposto no art. 4º, XI da, Lei nº 9.985/2000

3. Foi formalizado em dezembro de 2013 o Termo de Cooperação Simplificado nº 07/2013, Anexo II, entre o Ministério do Turismo - MTur e ICMBio para estruturação de 16 Parques Nacionais, tendo como representante da região amazônica o Parque Nacional de Anavilhanas.

4. O ICMBio está realizando, em parceria com o Serviço Florestal Americano, um programa de capacitação sobre gestão do uso público para servidores lotados na região amazônica, além de desenvolver projetos piloto para melhoria das atividades de visitação na Floresta Nacional do Tapajós e no mosaico formado pelos Parques Nacionais de Anavilhanas e do Jaú e pela Reserva Extrativista do Rio Unini.

5. O Plano Nacional de Turismo para o período 2012-2016 prevê a articulação com o MMA para estabelecimento de uma política de turismo em áreas protegidas, na intenção de preservar e de divulgar a natureza do país, gerando renda para as populações que residem no entorno dos parques nacionais. Entre as ações do referido Plano, está o estímulo ao desenvolvimento sustentável da atividade turística, que inclui o fomento ao turismo de base comunitária entre um de seus objetivos estratégicos, com repercussão direta no apoio às ações desenvolvidas em UC de uso sustentável na região Amazônica.

6. O ICMBio vem trabalhando ainda na discussão de Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária - TBC e no apoio ao ordenamento de iniciativas dessa natureza em diversas UC. Na Amazônia, o TBC está em discussão ou possui algum nível de implementação nas seguintes Unidades: Reserva Extrativista Chico Mendes; do Rio Ouro Preto; do Lago Cuniã; Rio Unini; Tapajós-Arapiuns; Mapuá; Marinha de Soure; de Cururupu e nas Florestas Nacionais do Purus; e do Tapajós.

Acórdão 9.3.3 – promova ações de articulação institucional para aprimorar a infraestrutura de apoio à pesquisa a fim de incrementar o número de pesquisas realizadas na Amazônia, em atenção ao art. 32 da Lei nº 9.985/2000.

7. Segue o Anexo III referente à pesquisa e monitoramento em unidades de conservação federais.

Acórdão 9.3.4 – realize levantamento de informações a respeito da situação fundiária nas unidades de conservação federais a fim de subsidiar o planejamento das ações de regularização fundiária, de forma a atender o exposto nos artigos 9º, 10, 11, 17 e 18 da Lei nº 9.985/2000.

8. Foi concluída no final de 2013 a planilha com dados consolidados sobre a situação da malha fundiária de todas as UC, com a estimativa do passivo de terras públicas e privadas. Para tanto, foram utilizados dados de sobreposições espaciais do ICMBio e os demais órgãos detentores de terras públicas e devolutas (INCRA, FUNAI, institutos de Terra dos Estados etc). A planilha é atualizada sistematicamente com a aquisição de novos dados. Segue a planilha, Anexo IV.

Acórdão 9.3.5 – aperfeiçoe seu macroprocesso de negócios a fim de incrementar as oportunidades de captação de recursos para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

9. Está em implementação o Projeto Desenvolvimento de Parcerias Ambientais Público-Privada (ATM/ME-14331-BR) envolvendo o Ministério de Meio Ambiente (MMA), o Fundo Multilateral de Investimento (FOMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) com objetivo de formular e fomentar a aplicação de modelos de parcerias ou alianças ambientais público-privadas voltados para o aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas das unidades de conservação, com vistas à melhoria da gestão e a conservação da biodiversidade, bem como a geração de benefícios sociais e econômicos para o entorno. Será selecionada uma UC do bioma Amazônia como um dos projetos-piloto que serão desenvolvidos na condução do projeto. Segue Anexo V.

Acórdão 9.3.6 – defina mecanismos e diretrizes para o estabelecimento formal de parcerias junto aos atores envolvidos na gestão das unidades de conservação federais localizadas no bioma Amazônia, de forma a minimizar a escassez de recursos financeiros e humanos.

10. O ICMBio vem se estruturando no sentido de estabelecer parcerias e estudando

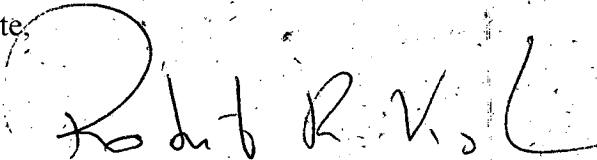
temas como as Parcerias Público-Privadas - PPP) – à luz da Lei Nº 11.079/2004 - com o intuito de realizar concessões de uso público em UC. Como exemplo, cita-se o projeto-piloto envolvendo os Parques Nacionais de Jericoacoara, CE, Ubajara, CE, Sete Cidades, PI e Serra das Confusões, PI. Essas iniciativas visam à estruturação e a modelagem de PPP para concessão de uso, cujo objeto seja a realização de atividades e de serviços de apoio ao uso público, a pesquisa, a proteção e ao funcionamento dos Parques.

11. Ressalva-se ademais os esforços em aprofundar conhecimento a respeito dos instrumentos e mecanismos de concessão de serviços nas UC. Nesse sentido, o ICMBio integra um Grupo de Trabalho instituído pelo MMA, por meio da Portaria MMA nº 442, de 5/12/2012 – com o objetivo de avaliar as concessões em vigor nos Parques Nacionais do Iguaçu, Serra dos Órgãos, Fernando de Noronha e Tijuca.

12. O resultado dessas – e de outras - experiências poderá ser replicado para UC na região Amazônica, dentro do exequível, de acordo com as características e vocação das unidades de conservação.

13. O ICMBio vem se utilizando de instrumentos, tais como: Convênios, Contratos de Repasse, Termos de Cooperação, Termos de Parceria e Termos de Reciprocidade, em conformidade com o Manual elaborado pelo Instituto para esse fim, visando o desenvolvimento de arranjos produtivos, gestão compartilhada, entre outras ações para o desenvolvimento sustentável das UC.

Atenciosamente,



ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Presidente

Anexo I

Maio de 2014

SITUAÇÃO PLANO DE MANEJO DAS UC DO BIOMA AMAZÔNIA

Unidade de Conservação		Situação PM	Recursos Disponíveis							PREVISÃO DE CONCLUSÃO
			ARPA	C.A.	GEF Mangue	KfW	PNUD - BR 319	ICMBio	Outros	
1	APA do Igarapé Gelado	E	0	X	0	0	0	0	0	2015
2	ESEC da Terra do Meio	E/DJ	X	0	0	0	0	0	0	2º SEM/2014
3	ESEC de Cuniã	E	0	0	0	0	X	0	0	2015
4	ESEC de Maracá Jipoca	E	X	X	0	0	0	0	0	
5	ESEC de Maracá	E	X	0	0	0	0	0	0	2º SEM/2014
6	FLONA de Balata-Tufari	E	0	0	0	0	X	0	0	2015
7	FLONA de Carajás	R/DJ	0	0	0	0	0	0	X	2º SEM/2014
8	FLONA de Humaitá	E	0	0	0	0	X	0	0	2015
9	FLONA de Itacaiunas	E/DJ	0	0	0	0	0	0	0	2015
10	FLONA de Macauã	E	0	0	0	0	0	0	X	2º SEM/2014
11	FLONA de Pau-Rosa	E	0	0	0	0	0	0	0	2015
12	FLONA de São Francisco	E	0	0	0	0	0	0	X	2º SEM/2014
13	FLONA de Saracá-Taquera	R	0	0	0	0	0	0	X	1º SEM/2014
14	FLONA de Tefé	E	0	0	0	0	0	X	0	1º SEM/2014
15	FLONA do Iquiri	E	0	0	0	0	X	0	0	2015
16	PARNA da Amazônia	R	0	0	0	0	0	0	0	1º SEM/2014
17	PARNA da Serra do Pardo	E/DJ	X	0	0	0	0	0	0	2º SEM/2014
18	PARNA de Anavilhanas	R/DI	X	0	0	0	0	0	0	2015
19	PARNA Matinguari	E	0	0	0	0	X	0	0	2015
20	PARNA Nascentes do Lago Jari	E	0	0	0	0	X	0	0	2015
21	REBIO do Abufari	E	0	0	0	0	X	0	0	2015
22	REBIO do Lago Piratuba	E	X	0	0	0	0	0	0	2015
23	RESEX Alto Juruá	E	X	0	0	0	0	0	0	2º SEM/2014
24	RESEX Barreiro das Antas	E/DI	X	0	0	0	0	0	0	2º SEM/2014
25	RESEX do Médio Purus	E	X	0	0	0	X	0	0	2015
26	RESEX Ituxi	E	0	0	0	0	X	0	0	2015
27	RESEX Lago do Cuniã	E	0	0	0	0	X	0	0	2015
28	RESEX Rio Ouro Preto	E/DI	X	0	0	0	0	0	0	1º SEM/2014
29	RESEX Rio Unini	E	X	0	0	0	0	0	0	1º SEM/2014
30	RESEX Tapajós Arapiuns	E/DI	0	0	0	0	0	0	0	1º SEM/2014
31	RESEX Verde Para Sempre	E/DI	X	0	0	0	0	0	0	2015
32	ESEC de Niquiá	E/DI	X	0	0	0	0	0	0	2015
33	FLONA de Bom Futuro	E/DI	0	0	0	X	0	0	0	2º SEM/2014
34	FLONA de Jatuarana	E/DI	0	0	0	X	0	0	0	2º SEM/2014
35	PARNA Serra da Mocidade	E/DI	X	0	0	0	0	0	0	2015
36	RDS Itatupã-Baquiá	E	X	0	0	0	0	0	0	2º SEM/2014
37	RESEX do Rio Cautário	E	X	0	0	0	0	0	0	2015
38	RESEX de Cururupu	E	X	0	0	0	0	0	0	2015
39	RESEX Mãe Grande de Curuçá	E/DI	0	0	0	0	0	X	0	2015
40	RESEX Maracanã	E	X	0	0	0	0	0	0	2015
41	RESEX Marinha Arai-Peroba	E	0	0	X	0	0	0	0	2015

E	UC COM PLANO DE MANEJO EM ELABORAÇÃO RITO NORMAL
R	UC COM PLANO DE MANEJO EM REVISÃO
E/DI	UC COM PLANO DE MANEJO EM ELABORAÇÃO POR DECISÃO INSTITUCIONAL
E/DJ	UC COM PLANO DE MANEJO EM ELABORAÇÃO POR DECISÃO JUDICIAL
R/DI	UC COM PLANO DE MANEJO EM REVISÃO POR DECISÃO INSTITUCIONAL
R/DJ	UC COM PLANO DE MANEJO EM REVISÃO POR DECISÃO JUDICIAL

SITUAÇÃO PLANO DE MANEJO DAS UC DO BIOMA AMAZÔNIA								Previsão de iniciar a elaboração
Unidade de Conservação		Plano de Manejo	Recursos Disponíveis					
			ARPA	C.A.	GEF Mangue	ICMBio	Outros	
1	APA do Tapajós	S	0	0	0	0	0	2017/2018
2	ARIE Javari Burity	S	0	0	0	0	0	2017/2018
3	ARIE Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	S	0	0	0	0	0	2017/2018
4	ARIE Seringal Nova Esperança	S	0	0	0	0	0	2017/2018
5	ESEC de Caracarái	S	0	0	0	0	0	2017/2018
6	ESEC de Jutai-Solimões	S	0	0	0	0	0	2017/2018
7	ESEC do Jari	S	X	X	0	0	0	2016/2017
8	FLONA de Anauá	S	0	0	0	0	0	2017/2018
9	FLONA de Mulata	S	0	0	0	0	0	2017/2018
10	FLONA de Roraima	S	0	0	0	0	0	2017/2018
11	FLONA de Santa Rosa do Purus	S	0	0	0	0	0	2017/2018
12	FLONA do Amazonas	S	0	0	0	0	0	2017/2018
13	PARNA do Jamanxim	S	X	0	0	0	0	2016/2017
14	PARNA do Pico da Neblina	S	0	0	0	0	0	2017/2018
15	PARNA do Rio Novo	S	X	0	0	0	0	2016/2017
16	RESEX Alto Tarauacá	S	X	0	0	0	0	2016/2017
17	RESEX Arióca Pruanã	S	X	0	0	0	0	2016/2017
18	RESEX do Ciriaco	S	0	0	0	0	0	2017/2018
19	RESEX Gurupá-Melgaço	S	0	0	0	0	0	2017/2018
20	RESEX Ipaú-Anilzinho	S	X	0	0	0	0	2016/2017
21	RESEX Mapuá	S	X	0	0	0	0	2016/2017
22	RESEX Quilombo do Frexal	S	0	0	0	0	0	2017/2018
23	RESEX Renascer	S	X	0	0	0	0	2016/2017
24	RESEX Rio Cajari	S	0	0	0	0	0	2017/2018
25	RESEX Riozinho da Liberdade	S	X	0	0	0	0	2016/2017
26	RESEX Terra Grande Pracuuba	S	X	0	0	0	0	2016/2017
27	RESEX Chocoaré-Mato Grosso	S	0	0	X	0	0	2016/2017
28	RESEX Marinha de Gurupi-Piriá	S	0	0	X	0	0	2016/2017
29	RESEX Marinha de Soure	S	0	0	X	0	0	2016/2017
30	RESEX Marinha Tracuateua	S	0	0	X	0	0	2016/2017
31	RESEX São João da Ponta	S	0	0	X	0	0	2016/2017

S

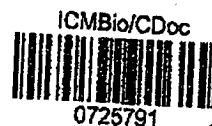
UC SEM PLANO DE MANEJO

SITUAÇÃO PLANO DE MANEJO DAS UC DO BIOMA AMAZÔNIA							Nº DA PORTARIA
Unidade de Conservação		Plano de Manejo	Recursos Disponíveis				
			ARPA	C.A.	GEF Mangue	Outros	
1	ESEC Juami-Japurá	C	0	0	0	0	nº 162, de 24/12/2002
2	ESEC Rio Acre	C	0	0	0	0	nº 66, de 27/08/2010
3	FLONA Altamira	C	0	0	0	0	nº 133, de 10/10/2012
4	FLONA de Amapá	C	0	X	0	0	nº 1, de 10/01/2014
5	FLONA de Caxiuanã	C	0	0	0	0	nº 141, de 15/01/2013
6	FLONA de Itaituba I	C	0	0	0	X	nº 45, de 22.04.2014
7	FLONA de Itaituba II	C	0	0	0	X	nº 45, de 1 22.04.2014
8	FLONA de Jacundá	C	0	0	0	0	nº 40, de 16/06/2011
9	FLONA de Mapiá-Inauini	C	0	0	0	0	nº 70, de 18/08/2009
10	FLONA de Purus	C	0	0	0	0	nº 69, de 18/08/2009
11	FLONA de Tapajós	C	0	0	0	0	nº 09, de 23/02/2005
12	FLONA de Tapirapé-Aquiri	C	0	0	0	0	nº 93, de 04/12/2006
13	FLONA do Amana	C	0	0	0	0	nº 30, de 10/03/2010
14	FLONA do Crepori	C	0	0	0	0	nº 29, de 10/03/2010
15	FLONA do Jamanxim	C	0	0	0	0	nº 14, de 24/02/2011
16	FLONA do Jamari	C	0	0	0	0	nº 51, de 18/08/2005
17	FLONA do Trairão	C	0	0	0	0	nº 10, de 02/02/2011
18	PARNA do Cabo Orange	C	0	0	0	0	nº 06, de 17/01/2011
19	PARNA da Serra da Cutia	C	0	0	0	0	nº 55, de 08/08/2008
20	PARNA da Serra do Divisor	RV	0	0	0	0	nº 164, de 24/12/2002
21	PARNA de Pacaás Novos	RV	0	0	0	0	nº 88, de 16/11/2009
22	PARNA do Jaú	C	0	0	0	0	nº 163, de 24/12/2002
23	PARNA do Juruena	C	0	0	0	0	nº 44, de 30/06/2011
24	PARNA do Monte Roraima	C	0	0	0	0	oficializado sem Portaria
25	PARNA dos Campos Amazônicos	C	0	0	0	0	nº 39, de 16/06/2011
26	PARNA Montanhas do Tumucumaque	C	0	0	0	0	nº 28, de 10/03/2010
27	PARNA Viruá	C	X	0	0	0	nº 47, de 22/04/2014
28	REBIO do Guaporé	C	0	0	0	0	oficializado sem Portaria
29	REBIO do Gurupi	C	0	0	0	0	nº 167, de 24/12/2002
30	REBIO do Jaru	RV	0	0	0	0	nº 26, de 10/03/2010
31	REBIO do Rio Trombetas	C	0	0	0	0	nº 80, de 10/09/2004
32	REBIO do Tapirapé	RV	0	0	0	0	nº 25, de 10/03/2010
33	REBIO do Uatumã	C	0	0	0	0	nº 168, de 24/12/2002
34	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	C	0	0	0	0	nº 76, de 03/09/2009
35	RESEX Arapixi	C	0	0	0	0	nº 69, de 27/08/2010
36	RESEX Auatí-Paraná	C	X	0	0	0	nº 116, de 30/10/2012
37	RESEX Baixo Juruá	C	0	0	0	0	nº 89, de 16/11/2009
38	RESEX Cazumbá-Iracema	C	0	0	0	0	nº 56, de 28/08/2008
39	RESEX Chico Mendes	C	0	0	0	0	nº 60, de 28/08/2008
40	RESEX do Lago do Capanã Grande	C	X	0	0	0	nº 226, de 12/09/2013
41	RESEX do Rio Jutai	C	X	0	0	0	nº 104, de 25/09/2012
42	RESEX Médio Juruá	C	0	0	0	0	nº 58, de 14/05/2012
43	RESEX Rio Iriri	C	0	0	0	0	nº 09, de 02/02/2011
44	RESEX Rio Xingu	C	X	0	0	0	nº 62, de 18/05/2012
45	RESEX Riozinho do Anfrísio	C	0	0	0	0	nº 41 de 29/06/2011
46	RESEX Marinha Caeté-Taperaçu	C	0	0	1	0	nº 265 de 12/12/2013

C	UC COM PLANO DE MANEJO
RV	UC COM PLANO DE MANEJO REVISADO

Anexo II

Maio de 2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EQSW 1103/104 Bloco C, 1º andar - Complexo Administrativo Sudoeste
Caixa Postal nº 7993 - CEP: 70670-350 - Brasília/DF. Telefone (61) 3341-9011/9013.

Ofício nº 886/2013-GABIN/PRES/ICMBio

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor

FÁBIO RIOS MOTA

Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

Ministério do Turismo - Mtur

Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º Andares

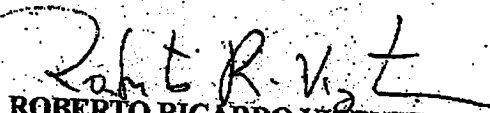
70065-900 Brasília/DF

Assunto: Descentralização de crédito referente ao Projeto de Estruturação do Turismo nos Parques Nacionais.

Senhor Secretário Nacional,

1. Dando continuidade aos entendimentos que vêm sendo estabelecidos entre o Ministério do Turismo, o Ministério do Meio Ambiente e este Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio com a finalidade de fortalecer a atividade turística nos Parques Nacionais, vimos propor a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre esse Ministério e o ICMBio.
2. Para tanto, apresentamos o Projeto Base para Estruturação do Turismo nos Parques Nacionais que contempla ações de curto prazo em um conjunto de parques selecionados, visando a implantação ou melhoria de infraestrutura de apoio à visitação.
3. Conforme acordado, para a implantação das obras previstas no Plano de Trabalho integrante do Projeto Base, os recursos orçamentários e financeiros serão repassados pelo Ministério do Turismo, cabendo ao ICMBio os procedimentos necessários à sua execução.
4. Diante do exposto, solicitamos a Vossa Excelência a descentralização de crédito desse Ministério no total de R\$ 10.425.932,90 (dez milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa centavos) para aplicação nas atividades previstas no Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado.
5. Certos de que a conjunção de esforços com vistas a um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural e à conservação ambiental vem beneficiar a sociedade, agradecemos a Vossa Excelência e nos colocamos à disposição para os trâmites necessários.

Respeitosamente,


ROBERTO RICARDO VIZENIN
Presidente

Projeto de Estruturação do Turismo nos Parques Nacionais

Projeto Base

1. Apresentação institucional

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é uma autarquia em regime especial, instituída pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a missão de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

Isso se dá por meio da gestão de Unidades de Conservação Federal, da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais naquelas consideradas de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico.

O ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), sendo o responsável pela execução de ações no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União.

Justamente por essa sua atribuição, o ICMBio, em conjunto com o MMA, apresenta esta proposta de parceria do Ministério do Turismo, no que diz respeito à realização de ações conjuntas para o aprimoramento da qualidade da visitação nos Parques Nacionais brasileiros.

Para tanto, respalda-se na Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº127, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre as normas relativas a transferências de recursos da União via descentralização de crédito entre órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, para executar programa de governo, envolvendo projeto, atividade, aquisição de bens ou evento. Esse processo deve ser efetivado pelo estabelecimento de Termo de Cooperação, mediante Portaria Ministerial, sem a necessidade de contrapartida.

2. Objeto

O Termo de Parceria a ser celebrado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica com vista ao estabelecimento de Cooperação Técnica com o objetivo de conjugar esforços dos partícipes para o fortalecimento da atividade turística nos Parques Nacionais selecionados, por meio da implementação de infraestrutura de uso público, em resposta a demanda turística por atrativos da biodiversidade brasileira, com vistas a um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural e à conservação ambiental.

3. Contextualização e justificativa

Ao longo dos últimos anos, o Ministério do Turismo e do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Instituto Brasileiro do Turismo – Embratur, vem reunindo esforços para a melhoria da visitação nos Parques Nacionais brasileiros e demais unidades de conservação que permitem a prática da atividade turística.

RHL

04
4

As Unidades de Conservação, regidas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, contemplam diversos atrativos naturais de beleza cênica do País. Essa natureza exuberante é uma das mais fortes imagens do Brasil no exterior, tendo a denominação "Parque Nacional" um forte apelo internacional por ser uma marca consolidada para o turismo em vários países.

A atividade turística, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das áreas protegidas pela sociedade, dinamiza as economias locais e incrementa os recursos financeiros para a manutenção destas áreas. O desafio consiste, no entanto, em desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade.

Nos últimos anos a visitação em unidades de conservação vem apresentando um crescimento significativo, embora o público total ainda seja pequeno diante dos dados do turismo doméstico ou os números de visitantes contabilizados em sistemas de Parques em outros países. No entanto, tal crescimento requer planejamento e investimentos para ordená-lo e também incrementá-lo, para que a atividade ocorra de forma adequada e qualificada.

Com o cenário de aumento de turistas nos próximos anos, em virtude dos grandes eventos esportivos a serem sediados pelo Brasil, torna-se essencial os esforços a fim de qualificar a visitação nas UC para que possam atingir um padrão de qualidade na recepção do visitante, conforme o pacto estabelecido na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade realizada em Aichi, Japão, em 2010.

Em 2008 Ministério do Turismo e do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Embratur lançaram o Programa Turismo nos Parques, no qual 10 (dez) unidades foram priorizadas para investimentos e o desenvolvimento de ações conjuntas. Em 2010 e 2011 foi realizado o Projeto de Fomento ao Turismo nos Parques Nacionais pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae e a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA, ocorrendo em cinco Parques Nacionais, cada um representante de uma macrorregião brasileira.

No início de 2013 foi assinado um Termo de Reciprocidade para o estabelecimento de cooperação técnica entre o ICMBio e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, para viabilizar ações de fortalecimento das atividades econômicas turísticas relacionadas às unidades de conservação federais e seu entorno, abrangendo vinte e duas unidades localizadas em quatorze estados.

Nesse sentido, o Projeto de Estruturação dos Parques da Copa para a Visitação representa um resultado da continuação desta parceria das Instituições e dos esforços conjuntos pela qualidade da atividade turística nas áreas protegidas brasileiras, possibilitando maior visibilidade aos Parques Nacionais e outras categorias de UC para a sociedade brasileira e para o exterior.

Com o presente Termo de Cooperação Técnica, pretende-se conjugar os esforços entre os parceiros para o fortalecimento das relações e melhoria da infraestrutura de uso público dos Parques Nacionais brasileiros, aprimorando a qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira por meio do acesso à informação, divulgação e a administração mais eficiente dessas áreas.

Inicialmente o Projeto será executado em 16 (dezesesseis) Parques Nacionais, definidos com base em critérios técnicos, sendo eles Anavilhanas, Lençóis Maranhenses, Jericoacoara, Ubajara, Chapada Diamantina, Marinho de Fernando de Noronha, Brasília, Chapada dos Guimarães, Chapada dos Veadeiros, Serra do Cipó, Tijuca, Itatiaia, Serra dos Órgãos, Iguaçu, Aparados da Serra e Serra Geral.

mt

4. Objetivos

4.1 Objetivo Geral

Fortalecimento da atividade turística nos Parques Nacionais Brasileiros selecionados, por meio da estruturação da infraestrutura de uso público.

4.2 Objetivos Específicos

4.2.1. Elaborar projetos básicos executivos dos equipamentos e instalações de estruturação do uso público nos Parques Nacionais

4.2.2. Implementar os equipamentos e instalações de estruturação do uso público nos Parques Nacionais

5. Atividades Previstas

- Implementar projeto para sinalização, torre de observação da paisagem e fauna, equipamentos facilitadores, restauração de bases de apoio e informação ao turista no PN de Anavilhanas/AM.
- Implementar projeto de pontes (Lagoa Bonita, Tratada de Baixo e Tratada de Cima) no PN dos Lençóis Maranhenses/MA.
- Elaborar e implementar projeto de equipamentos facilitadores no PN de Ubajara/CE.
- Implementar restauro dos pisos e do sistema de drenagem das piscinas Pedreira e Areal no PN de Brasília/DF.
- Construção da Portaria do Véu de Noiva; Implementar projeto de PIC na Mata Fria; Implementar projeto de banheiros secos nas áreas de visitação no PN da Chapada dos Guimarães/MT.
- Implementar trilha suspensa nas Corredeiras; Implementar pavimentação de via interna no PN da Chapada dos Veadeiros/GOs.
- Construir 08 sanitários (fossas sépticas) para as áreas de visitação; Elaborar projeto de 08 pontes para pedestres; Elaborar e implementar projeto de ponte para veículos para o trecho do Córrego das Pedras no PN do Cipó/MG.
- Melhoria e adequação da Portaria e Guarita no Setor Floresta; Instalação de 30 bicicletários nas entradas das trilhas e áreas de lazer no PN da Tijuca/RJ.
- Restauro no Centro de Visitantes; Construção do Posto de Informação e Controle na Garganta do Registro; Restauro do abrigo Rebouças e implementação do camping e banheiros próximo ao abrigo; Restauro do Posto Marcão; Readequação de exposição interpretativa do CV no PN do Itatiaia/RJ.
- Melhoria no sistema de esgotamento sanitário no Abrigo 4 (Pedra do Sino); Implementação de passarelas em áreas alagadiças na Trilha da Travessia no PN da Serra dos Órgãos/RJ.
- Elaborar e implementar projeto de equipamentos facilitadores para a área do Centro de Visitantes e trilhas do Vértice, Cotovelo, Mirante do Fortaleza e Circuito da Pedra do Segredo nos PN de Aparados da Serra/RS e da Serra Geral/SC.

Int

6. Resultados

- Ampliação do número de visitantes nos Parques Nacionais.
- Diversificação e melhoria da qualidade das atividades e instalações oferecidas aos visitantes.
- Dinamização das economias locais em decorrência do aumento do fluxo turístico nas áreas protegidas e regiões vizinhas, gerando receita para União, Estados e Municípios a partir de atividades econômicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico e social.
- Incremento do interesse da iniciativa privada pelas unidades de conservação, possibilitando novos processos de delegação de serviços.
- Fortalecimento da cultura de visitação em áreas protegidas.
- Melhoria da imagem do País como detentor responsável de significativo patrimônio ambiental.
- Consolidação da imagem dos parques nacionais como espaços para lazer, recreação e práticas de atividades da natureza.
- Reconhecimento da sociedade brasileira sobre a importância da conservação do patrimônio ambiental nacional.

7. Prazo de vigência

O período de execução é de 01 (um) ano.

ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DOS BENS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	2013	2014	2014
		Dez	1º sem	2º sem
1	Implementar projeto para sinalização, torre de observação da paisagem e fauna, equipamentos facilitadores, restauração de bases de apoio e informação ao turista no PN de Anavilhanas/AM.	X	X	
2	Implementar projeto de pontes (Lagoa Bonita, Tratada de Baixo e Tratada de Cima) no PN dos Lençóis Maranhenses		X	
3	Elaborar e implementar projeto de equipamentos facilitadores no PN de Ubajara		X	X
4	Elaborar e implementar de projeto de construção de novo Centro de Visitantes no PN de Brasília		X	X
5	Implementar restauro do piso da piscina Pedreira no PN de Brasília		X	
6	Implementação do sistema de drenagem piscina Pedreira - Sistema principal, no PN de Brasília		X	
7	Implementação do sistema de drenagem piscina Pedreira - Piscina, no PN de Brasília		X	
8	Implementação do sistema de drenagem piscina Pedreira - Centro de Visitantes, no PN de Brasília		X	
9	Manutenção do piso da trilha da Capivara e Cristal Água no PN de Brasília		X	X
10	Implementar equipamentos facilitadores no Circuito das Cachoeiras, Casa de Pedra, Cidade de Pedra e Morro São Jerônimo		X	X
11	Implementar projeto de Posto de Informação e Controle (PIC) na Mata Fria no PN da Chapada dos Guimaraes		X	X

PLT

027
M

ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DOS BENS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	2013 Dez	2014 1º sem	2014 2º sem
12	Implementar projeto de banheiros secos nas áreas de visitação no PN da Chapada dos Guimarães		X	
13	Implementar trilha suspensa nas Corredeiras no PN da Chapada dos Veadeiros		X	
14	Implementar pavimentação de via interna no PN da Chapada dos Veadeiros		X	
15	Construir oito sanitários com fossa sépticas para as áreas de visitação no PN do Cipó.		X	X
16	Elaborar projeto de oito pontes para pedestres para visitação no PN do Cipó.		X	
17	Elaborar projeto de ponte para veículos para o trecho do Córrego das Pedras no PN do Cipó.		X	
18	Implementar projeto de ponte para veículos para o trecho do Córrego das Pedras		X	
19	Melhoria e adequação da Portaria e Guarita no Setor Floresta no PN da Tijuca.		X	X
20	Instalação de 30 bicicletários nas entradas das trilhas e áreas de lazer no PN da Tijuca.		X	
21	Implementar restauro do abrigo de montanha Rebouças no PN do Itatiaia.		X	
22	Implementar banheiros e restauros do camping próximo ao abrigo Rebouças no PN do Itatiaia.		X	
23	Implementar restauro do CV com adequações do espaço para cafeteria e loja de artesanatos e conveniências no PN do Itatiaia.		X	
24	Implementar melhorias da exposição interpretativa do CV no PN do Itatiaia.		X	
25	Implementar projeto de posto de informação e controle na Garganta do Registro no PN do Itatiaia.		X	
26	Implementar restauro do Posto Marcão no PN do Itatiaia.		X	X
27	Melhorar o sistema de esgotamento sanitário no Abrigo 4 (Pedra do Sino) no PN de Serra dos Órgãos.		X	X
28	Elaborar e implementar passarelas em áreas alagadiças na Trilha da Travessia no PN de Serra dos Órgãos.		X	
29	Implementar o projeto equipamentos facilitadores para a área do CV e trilhas do Vértice, Cotovelo, Mirante do Fortaleza e Circuito da Pedra do Segredo nos PN Aparados da Serra e Serra Geral		X	X

8. Custo e forma de pagamento

R\$ 10.425.932,90 (dez milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa centavos), repassados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, via destaque orçamentário em duas parcelas: a primeira em dezembro de 2013 no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e a segunda no valor de R\$ 9.425.932,90 (nove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa centavos).

9. Plano de Trabalho

PLANO DE TRABALHO				
ITEM	PARQUES E ESPECIFICAÇÃO DOS BENS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Parque Nacional de Anavilhanas				
1	Implementar projeto para sinalização, torre de observação da paisagem e fauna, equipamentos facilitadores, restauração de bases de apoio e informação ao turista no PN de Anavilhanas/AM.			1.000.000,00

Parque Nacional Lençóis Maranhenses			
2	Implementar projeto de pontes (Lagoa Bonita, Tratada de Baixo e Tratada de Cima) no PN dos Lençóis Maranhenses		1.000.000,00
Parque Nacional de Ubajara			
3	Elaborar e implementar projeto de equipamentos facilitadores no PN de Ubajara		310.000,00
Parque Nacional de Brasília			
4	Elaborar e implementar de projeto de construção de novo Centro de Visitantes		892.646,00
5	Implementar restauro do piso da piscina Pedreira		150.000,00
6	Implementação do sistema de drenagem piscina Pedreira - Sistema principal		284.807,00
7	Implementação do sistema de drenagem piscina Pedreira - Piscina		361.968,00
8	Implementação do sistema de drenagem piscina Pedreira - Centro de Visitantes		228.437,00
9	Manutenção do piso da trilha da Capivara e Cristal Água		80.000,00
Parque Nacional Chapada dos Guimarães			
10	Implementar equipamentos facilitadores no Circuito das Cachoeiras, Casa de Pedra, Cidade de Pedra e Morro São Jerônimo		325.000,00
11	Implementar projeto de Posto de Informação e Controle (PIC) na Mata Fria no PN da Chapada dos Guimarães		182.157,74
12	Implementar projeto de banheiros secos nas áreas de visitação no PN da Chapada dos Guimarães		49.476,00
Parque Nacional Chapada dos Veadeiros			
13	Implementar trilha suspensa nas Corredeiras no PN da Chapada dos Veadeiros		189.118,00
14	Implementar pavimentação de via interna no PN da Chapada dos Veadeiros		2.500.000,00
Parque Nacional Serra do Cipó			
15	Construir 08 (oito) sanitários com fossa sépticas para as áreas de visitação no PN do Cipó.		350.000,00
16	Elaborar projeto de 08 pontes para pedestres para visitação no PN do Cipó.		60.000,00
17	Elaborar projeto de ponte para veículos para o trecho do Córrego das Pedras no PN do Cipó.		45.000,00
18	Implementar projeto de ponte para veículos para o trecho do Córrego das Pedras		500.000,00
Parque Nacional da Tijuca			
19	Melhoria e adequação da Portaria e Guarita no Setor Floresta no PN da Tijuca.		30.000,00
20	Instalação de 30 bicicletários nas entradas das trilhas e áreas de lazer no PN da Tijuca.		30.000,00
Parque Nacional do Itatiaia			
21	Implementar Restauro do abrigo de montanha Rebouças no PN do Itatiaia.		246.856,79
22	Implementar banheiros e restauros do camping próximo ao abrigo Rebouças no PN do Itatiaia.		219.365,24
23	Implementar restauro do CV com adequações do espaço para cafeteria e loja de artesanatos e conveniências no PN do Itatiaia.		152.177,90
24	Implementar melhorias da exposição interpretativa do CV no PN do Itatiaia.		273.031,00

1h21

ANEXO III

LEI Nº 12.465, DE 25 DE JULHO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE O EMPENHO DE DESPESAS DE DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO DAS UNIDADES ESTADUAIS DO BRASIL EM 2012

Unidade Estadual	Valor
Alagoas	485.871
Amazonas	238.493
Bahia	480.747
Brasília	242.300
Ceará	624.300
Distrito Federal	111.188
Goias	609.753
Maranhão	437.083
Minas Gerais	872.838
Mato Grosso	209.756
Mato Grosso do Sul	221.364
Paraná	694.777
Paríba	128.634
Pernambuco	98.381
Piauí	243.102
Rio de Janeiro	285.807
Rio Grande do Sul	256.950
Santa Catarina	380.995
Sergipe	243.102
Sul	257.170
Mato Grosso do Sul	391.267
Mato Grosso	690.626
Pernambuco	419.324
Piauí	27.059
TOTAL	10.559.750

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA CONJUNTA Nº 8, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

Os SECRETÁRIOS-EXECUTIVOS DOS MINISTÉRIOS DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, DA FAZENDA E CONTABILIDADE, GERAL DA UNIÃO, com fundamento no parágrafo único do art. 89 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, e

CONSIDERANDO que o inciso III do § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, estabeleceu que a transferência de crédito de órgão da administração pública federal direta, autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente, para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza deve ser ajustada mediante a celebração de Termo de Cooperação;

CONSIDERANDO que a descentralização de crédito é assunto de natureza estritamente orçamentária e que o § 1º do art. 8º da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, permite a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora;

CONSIDERANDO que a descentralização de crédito é uma ação que permite que o orçamento aprovado seja executado por outro órgão que não aquele em que, inicialmente, foram alocados os recursos, com o objetivo de conferir maior agilidade à execução do orçamento, mediante parceria entre os órgãos e entidades federais que integram o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

CONSIDERANDO que o art. 2º do Decreto nº 825, de 28 de dezembro de 1993, que estabelece normas para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, prevê que a execução orçamentária poderá processar-se mediante descentralização de créditos entre unidades gestoras de um mesmo ministério (descentralização interna) ou entre órgãos/ministérios ou entidades de estruturas diferentes (descentralização externa);

CONSIDERANDO que o art. 3º do Decreto nº 825, de 28 de dezembro de 1993, estabelece que as dotações descentralizadas deverão ser empregadas obrigatoriamente e integralmente na consecução do objeto previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitada, fielmente a especificação funcional programática;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um instrumento padronizado e simplificado de Termo de Cooperação para descentralização de créditos, de forma a atender aos princípios da eficiência, economicidade e transparência e perseguir o aperfeiçoamento do funcionamento da administração pública;

CONSIDERANDO que a existência de um instrumento de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito padronizado e simplificado, adotado institucionalmente, dispensa nova análise jurídica pelos diversos órgãos jurídicos das unidades descentralizadoras e descentralizadas, gerando economia processual e agilidade na sua utilização; resolve:

Art. 1º Aprovar a minuta-padrão de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito, conforme Anexo desta Portaria, a fim de orientar os órgãos e entidades envolvidos na celebração deste instrumento e na realização de descentralização de créditos.

Parágrafo único. O Termo de Cooperação de que trata o caput deverá ser registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, quando da descentralização de crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
LUIZ AUGUSTO FRAGA NAVARRO DE
BRITTO FILHO

ANEXO

(MINUTA PADRONIZADA)
TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO Nº. DE DE
1 - Identificação: (Título/Objeto da Despesa)

II - UG/Gestão-Repassadora e UG/Gestão-Recebedora

III - Justificativa: (Motivação/Cliente/Cronograma físico)

IV - Relação entre as Partes: (Descrição e Prestação de Contas das Atividades)

V - Previsão Orçamentária: (Detalhamento Orçamentário com Previsão de Desembolso)

Programa de trabalho/Projeto/Atividade	Fonte	Natureza da Despesa	Valor (R\$ 1,00)

VI - Data e Assinaturas:

Unidade Descentralizadora	Unidade Descentralizada
---------------------------	-------------------------

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 120, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 52, § 2º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e

Considerando ter sido constatado erro material na Lei Orçamentária de 2012, documento da emenda nº 24490002 apresentada ao respectivo Projeto pelo Deputado Federal Efraim Filho, uma vez que a entidade beneficiária, informada na referida emenda, tem como sede a cidade de João Pessoa - PB e não Campina Grande - PB, o que pode ser confirmado pela consulta ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB; e

Considerando a solicitação de alteração constante do OF Nº 54/2012 - GAB.FE, de 19 de setembro de 2012, encaminhado pelo referido Parlamentar à Secretaria de Orçamento Federal, ratificada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, resolve:

Art. 1º Alterar o título do subítulo 0083 da ação 2B31, constante da unidade orçamentária 55.901 - Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de "Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Centro de Atividades Especiais Helena Holanda - Campina Grande - PB" para "Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Centro de Atividades Especiais Helena Holanda - João Pessoa - PB".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM RONDONIA

PORTARIA Nº 12, DE 5 DE OUTUBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO EM RONDONIA, no uso da competência estabelecida na Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010 e Portaria 40, de 18 de março de 2009, tendo em vista o § 3º do art. 79 do Decreto-Lei nº 9760, de 5 de setembro de 1946 c/c inciso II, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, de acordo com os elementos que integram o Processo nº 05310.000274/2010-07, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito à ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS CASSUPA E SALAMAI, de um imóvel constituído de terreno rural, com área de 50.516,13m², parte integrante da matrícula 1225 de 25/11/1976 Livro, 2 do 1º Ofício de Registro de Imóvel, denominado Sítio Candéias; Gleba 10; Perímetro 1.045,30m, Área: 50.516,13m², município de Porto Velho Estado de Rondônia contendo os seguintes limites e confrontações: Ao Norte com a Rodovia 364; Ao Leste com o Ministério da Pesca; Ao Sul com as terras da Embrapa; a Oeste com a SFA. Dados do Perímetro: Frente: 247,47m; Lado Direito: 278,60m; Fundos: 146,79m; Lado Esquerdo: 92,68+94,03+185,73m. Inicia-se a descrição deste perímetro no marco P-2.1, de coordenada UTM E=407.646,69m e N=9.027.566,60, referenciada ao meridiano central de 63° Wgr, Datum Sad 69, situado a margem sul da BR 364, confrontando com o lote remanescente e Faixa de Proteção da BR 364; deste, seguindo com o azimute plano de 210º09'59" e distância de 92,68m, chega-se no marco P-2.2; deste, confrontando, neste trecho,

com área remanescente, seguindo com azimute plano de 120º09'59" e distância de 94,03m, chega-se no marco P-2.3; deste, confrontado, neste trecho, com área remanescente, seguindo com azimute plano de 210º09'59" e distância de 185,73m, chega-se ao marco P-3.1; deste, confrontando, neste trecho, com área da Embrapa, seguindo com o azimute plano de 120º12'27" e distância de 146,79m, chega-se ao marco P-10; deste, confrontado, neste trecho, com área do Ministério da Pesca, seguindo com azimute plano de 31º32'06" e distância de 278,60m, chega-se ao marco P-07; deste, confrontando, neste trecho, com faixa de proteção da BR 364, seguindo com azimute plano de 300º09'9" e distância de 247,47m, chega-se ao marco P-2.1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º A cessão provisória a que se refere o art. 1º destina-se à ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS CASSUPA E SALAMAI.

Art. 3º O prazo da cessão provisória de Uso gratuito terá a validade até a assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito definitivo, podendo ser revogado a qualquer tempo se assim exigir o interesse público, ficando subordinado às condições previstas de acordo com o § 3º do art. 11 do Decreto 3.725/2011.

Parágrafo Único: Fica o Superintendente do Patrimônio da União em Rondônia, autorizado a lavrar o respectivo Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ROBERTO DOS SANTOS
FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 38, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO NA BAHIA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso II, parágrafo 1º, e art. 40 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c o art. 7º do Decreto-Lei 2971, de 28 de fevereiro de 1967 e no art. 17, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o Processo nº 04941.001116/2004-29, resolve:

Art. 1º Autorizar a Concessão de Direito Real de Uso, gratuita, a aproximadamente 186 (cento e oitenta e seis) famílias, de partes do imóvel de propriedade da União, conceituado como Nacional Interior, denominado Núcleo Habitacional da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, localizado na Av. Manoel Chaves, Bairro Japão, no município de Itabuna, Estado da Bahia, inscrito sob o RLP nº 3597.0100001-44, e devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício daquela Comarca, sob a Matrícula nº 1.898, Livro nº 02.

§1º As áreas acima mencionadas integram o Núcleo Habitacional da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e estão assim distribuídas: Quadra 06 - 12 lotes, Quadra 07 - 36 lotes, Quadra 08 - 10 lotes, Quadra 09 - 18 lotes, Quadra 10 - 32 lotes, Quadra 11 - 28 lotes, Quadra 12 - 26 lotes e Quadra 13 - 24 lotes, totalizando 186 lotes com áreas em torno de 160,00m² cada.

§2º A lista das (os) beneficiárias (os) chefes de família que preenchem os requisitos legais para a aquisição do direito à Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, devidamente comprovados em processos administrativos individuais, está discriminada na página eletrônica da SPU, disponível no endereço: <http://patrimonioidetodos.gov.br/programas-e-acoes-da-spu/destinacao-do-patrimonio-da-uniao-/lista-de-beneficiarios>.

Art. 2º A concessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício das famílias que comprovem renda familiar nítida superior a cinco salários mínimos.

Art. 3º Fica o Superintendente do Patrimônio da União no Estado da Bahia autorizado a lavrar tantos contratos quantos forem necessários, de acordo com o cadastramento das famílias realizado pela Superintendência naquele estado, e nos termos do processo administrativo de cada família beneficiária.

Art. 4º O prazo da concessão é indeterminado.

Art. 5º Ficam os beneficiários impedidos de transferir o imóvel sem a autorização prévia da SPU/BA.

Art. 6º A concessão tomar-se-á nula, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros, explícitos ou implícitos, decorrentes do contrato de concessão e da legislação pertinente.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ANTÔNIO ROCHA DIAS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 320 de 14 de Outubro de 2010, publicada no DOU nº 198, de 15 de outubro de 2010, seção 01, página 85, no Art. 1º, Onde se lê: "...1 - Imóvel: Terreno urbano, situado na da BR-153, última Rua do Bairro JK s/n", denominada chácara, município de Araguaína, Estado do Tocantins, com área de 25.695,45 m², sob registro imobiliário (RIP) de nº 9241.00031.500-0, registrado em nome da UNIÃO sob registro R-2-M-24699, livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araguaína/TO.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DO TURISMO

TERMO DE COOPERAÇÃO SIMPLIFICADO Nº 07 /2013 DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO Nº 72031.009428/2013-94

EXERCÍCIOS 2013/2014

IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICÍPES

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur

CNPJ/MF: 05.457.283/0002-08

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º Andares - Brasília/DF, CEP: 70.065-900.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio

Autarquia vinculada ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.

CNPJ/MF: 08.829.974/0001-94

ENDEREÇO: EQSW 103/104, Complexo Administrativo, Blocos A/D, Setor Sudoeste - Brasília/DF, CEP: 70.670-350

IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES

Pelo MTur: CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Substituto, Cédula de Identidade nº 1.640.673 - SSP/DF, CPF nº 391.630.675-87, nomeado pela Portaria da Casa Civil nº 1.644, de 13 de dezembro de 2011, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria/SE/MTur nº 46, publicada no Diário Oficial da União de 8 de fevereiro de 2012, e pela Portaria/SE/MTur nº 54, publicada no Diário Oficial da União de 07 de novembro de 2011.

Pelo ICMBio: ROBERTO RICARDO VIZENTIM, Presidente, Cédula de Identidade nº 360.895 SSP/MT, CPF nº 571.436.681-68, nomeado pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria nº 304/Casa Civil de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012, e por sua Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, GIOVANNA PALLAZZI, portadora da cédula de identidade nº 26769443-4 SSP/SP e do CPF: 218.905.038-35, residente e domiciliada em Brasília-DF.

LEGISLAÇÃO BÁSICA

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, atualizado; Portaria Interministerial MP/MF/CGU/Nº 507, de 24 de novembro de 2011; e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, no que couber.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012; Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto a Descentralização de Crédito para viabilizar a implementação de infraestrutura de uso público nos Parques Nacionais selecionados pelos Partícipes.

JUSTIFICATIVA

Ao longo dos últimos anos o Ministério do Turismo e do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Embratur vem reunindo esforços para a melhoria da visitação nos Parques Nacionais brasileiros e demais unidades de conservação que permitem a prática da atividade turística.

As Unidades de Conservação, regidas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, contemplam diversos atrativos naturais de beleza cênica do País. Essa natureza exuberante é uma das mais fortes imagens do Brasil no exterior, tendo a denominação “Parque Nacional” um forte apelo internacional por ser uma marca consolidada para o turismo em vários países.

A atividade turística, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das áreas protegidas pela sociedade, dinamiza as economias locais e incrementa os recursos financeiros para a manutenção destas áreas. O desafio consiste, no entanto, em desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade.

Nos últimos anos a visitação em unidades de conservação vem apresentando um crescimento significativo, embora o público total ainda seja pequeno diante dos dados do turismo doméstico ou os números de visitantes contabilizados em sistemas de Parques em outros países. No entanto, tal crescimento requer planejamento e investimentos para ordená-lo e também incrementá-lo, para que a atividade ocorra de forma adequada e qualificada. Com o cenário de aumento de turistas nos próximos anos, em virtude dos grandes eventos esportivos a serem sediados pelo Brasil, torna-se essencial os esforços a fim de qualificar a visitação nas UC para que possam atingir um padrão de qualidade na recepção do visitante, conforme o pacto estabelecido na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade realizada em Aichi, Japão, em 2010.

Em 2008 os Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Embratur lançaram o Programa Turismo nos Parques, pelo qual dez unidades foram priorizadas para investimentos e o desenvolvimento de ações conjuntas. Em 2010 e 2011 foi realizado o Projeto de Fomento ao Turismo nos Parques Nacionais pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA, ocorrendo em cinco Parques Nacionais, cada um representante de uma macrorregião brasileira.

No início de 2013 foi assinado um Termo de Reciprocidade para o estabelecimento de cooperação entre o ICMBio e o SEBRAE, para viabilizar ações de fortalecimento das atividades econômicas turísticas relacionadas às unidades de conservação federais e seu entorno, abrangendo vinte e duas unidades localizadas em quatorze Estados.

Nesse sentido, o Projeto de Estruturação dos Parques da Copa para a Visitação representa um resultado da continuação da parceria das Instituições e dos esforços conjuntos pela qualidade da atividade turística nas áreas protegidas brasileiras, possibilitando maior visibilidade aos Parques Nacionais e outras categorias de unidades de conservação para a sociedade brasileira e para o exterior. Inicialmente, o Projeto será executado inicialmente em doze Parques Nacionais, definidos

Ubajara, Parque Nacional de Brasília, Chapada dos Guimarães, Chapada dos Veadeiros, Serra do Cipó, Tijuca, Itatiaia, Serra dos Órgãos, Aparados da Serra e Serra Geral.

Com o presente Termo de Cooperação, pretende-se conjugar os esforços entre os Partícipes para o fortalecimento das relações e melhoria da infraestrutura de uso público dos Parques Nacionais brasileiros, aprimorando a qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira por meio do acesso à informação, divulgação e a administração mais eficiente dessas áreas.

OPERACIONALIZAÇÃO

O presente Termo de Cooperação será operacionalizado pelo órgão executor (ICMBio), mediante a descentralização dos créditos pelo órgão cedente (MTur).

A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá processar-se em estrita observância ao PPA, à LDO e à LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

Na execução deste Termo serão contratados serviços destinados à consecução do objeto proposto, visando o alcance das metas previstas no Projeto vinculado a este Termo de Cooperação, devendo ser observadas as disposições da Lei nº 8.666/1993 e demais legislação que rege a espécie,

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas dos serviços alocados será formalizada ao final do exercício pela Unidade Gestora do Órgão recebedor junto com a sua Prestação de Contas Anual aos Órgãos de Controles Interno e Externo.

A título informativo, encaminhará ao Órgão Repassador Relatório físico-financeiro, no prazo de sessenta dias após o encerramento da vigência deste Termo de Cooperação, dispondo acerca dos resultados alcançados, das metas físicas previstas no Projeto e da execução orçamentária e financeira resumida dos recursos na forma de descentralização, indicando, se for o caso, a restituição de possível saldo remanescente.

DOS RECURSOS/DETALHAMENTO

Para cobertura da Cooperação, o **MINISTÉRIO DO TURISMO** realizará a descentralização de créditos com repasse de recursos financeiros ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio para a execução do objeto deste **Termo de Cooperação**, no montante de **R\$ 10.425.932,90 (dez milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa centavos)**, sendo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para o exercício de 2013, a ser disponibilizado conforme compromisso orçamentário abaixo discriminado:

Órgão Cedente: Ministério do Turismo

Unidade Gestora Repassadora: 540001

Gestão: 00001 - Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGPOF/SPOA/SE

Órgão Executor: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio

Unidade Gestora Recebedora: 443032

Gestão: 44207

Programa/Projeto/Ação: 23.695.2076.10V0.0001 - Apoio a Projeto de Infraestrutura Turística.

Elementos de Despesa: 44.90.51

PTRES: 067099

Fonte: 0100

As despesas para o exercício de 2014, no valor de R\$ 9.425.932,90 (nove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa centavos), deverão ocorrer na funcional programática 23.695.2076.10V0.0001 - Apoio a Projeto de Infraestrutura Turística, conforme previsto no Projeto de Lei Orçamentária em tramitação no Congresso Nacional.

DA VIGÊNCIA

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência por doze meses, para execução das ações previstas no Projeto a ele vinculado, podendo ser prorrogado no interesse dos Partícipes, por meio de Termo de Aditivo, ressaltando que os Contratos de prestação de serviços firmados limitar-se-ão à vigência deste Termo de Cooperação.

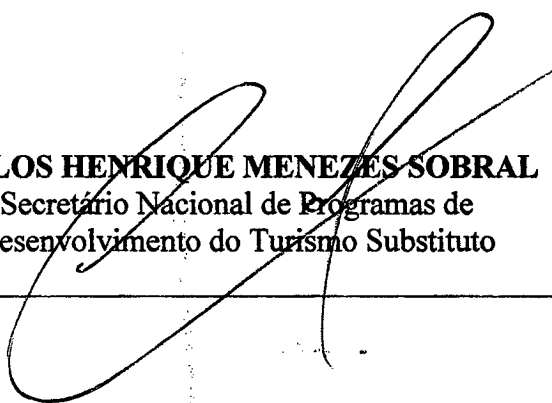
DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO

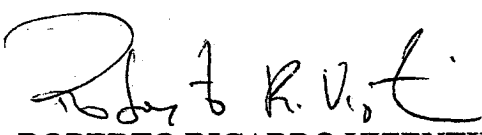
Na eventualidade de ocorrerem controvérsias à interpretação e/ou cumprimento do presente Termo de Cooperação, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-las administrativamente e, em última instância, submeter os eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, na forma do inciso IX, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 73/1993.

DA ASSINATURA E DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo é assinado em duas vias, de igual teor e forma, devendo ser publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, pelo **MINISTÉRIO DO TURISMO**, em conformidade com a legislação vigente, para produzir os efeitos legais.

Brasília/DF, de dezembro de 2013.


CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL
Secretário Nacional de Programas de
Desenvolvimento do Turismo Substituto


ROBERTO RICARDO VIZENTIM
Presidente do Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade

Anexo III

Maio de 2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Promova ações de articulação institucional para aprimorar a infraestrutura de apoio à pesquisa a fim de incrementar o número de pesquisas realizadas na Amazônia, em atenção ao art. 32 da Lei 9985/2000.

A consolidação dos dados de 2007 até setembro de 2013 indicou que 15.845 documentos foram liberados. De modo geral, 18,41% das autorizações (neste caso, dentro e fora e UC) envolvem pesquisas no bioma Amazônia, valor este inferior apenas à Mata Atlântica (Figura 1).

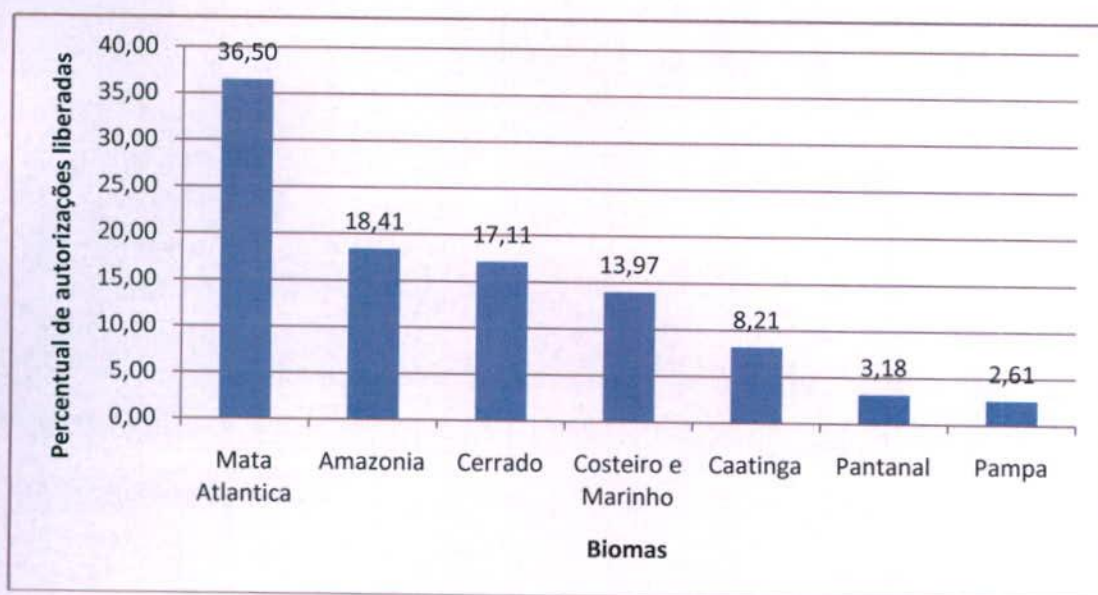


Figura 1. Percentual de autorizações concedidas por bioma.

Em relação a pesquisas envolvendo unidades de conservação federais, foram concedidas 6.486 autorizações; o bioma Amazônia foi responsável por 23,62% (1.532) de todas as autorizações. É possível verificar um aumento na quantidade de pesquisas autorizadas nos últimos anos, indicando um aumento correspondente, mas não superior na Amazônia (Figura 2).

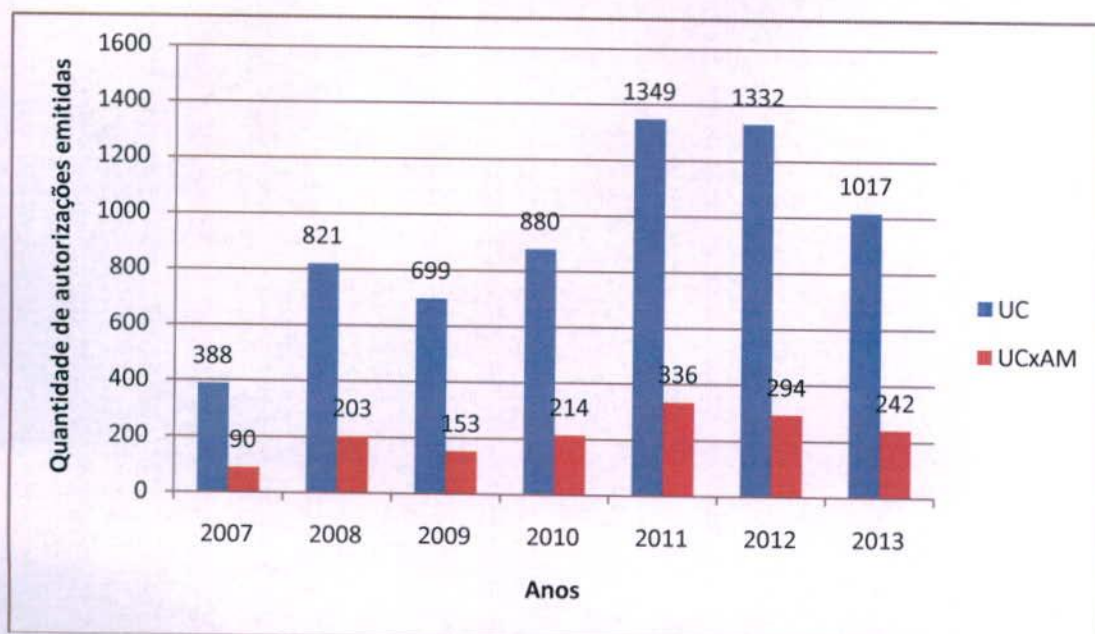


Figura 2. Quantidade de autorizações concedidas envolvendo UC de todos os biomas e, em destaque, na Amazônia.

As unidades de conservação com maior número de pesquisas autorizadas até setembro de 2013 estão no bioma Mata Atlântica que, entre outras características, tem maior facilidade de acesso, além de ser o bioma que compreende instituições de pesquisas mais antigas e tradicionais. Por outro lado, apenas duas UC pertencem ao bioma Amazônia (Floresta Nacional do Tapajós e Parque Nacional do Viruá), justamente duas com comparativamente boas condições de acesso e infraestrutura (Figura 3).

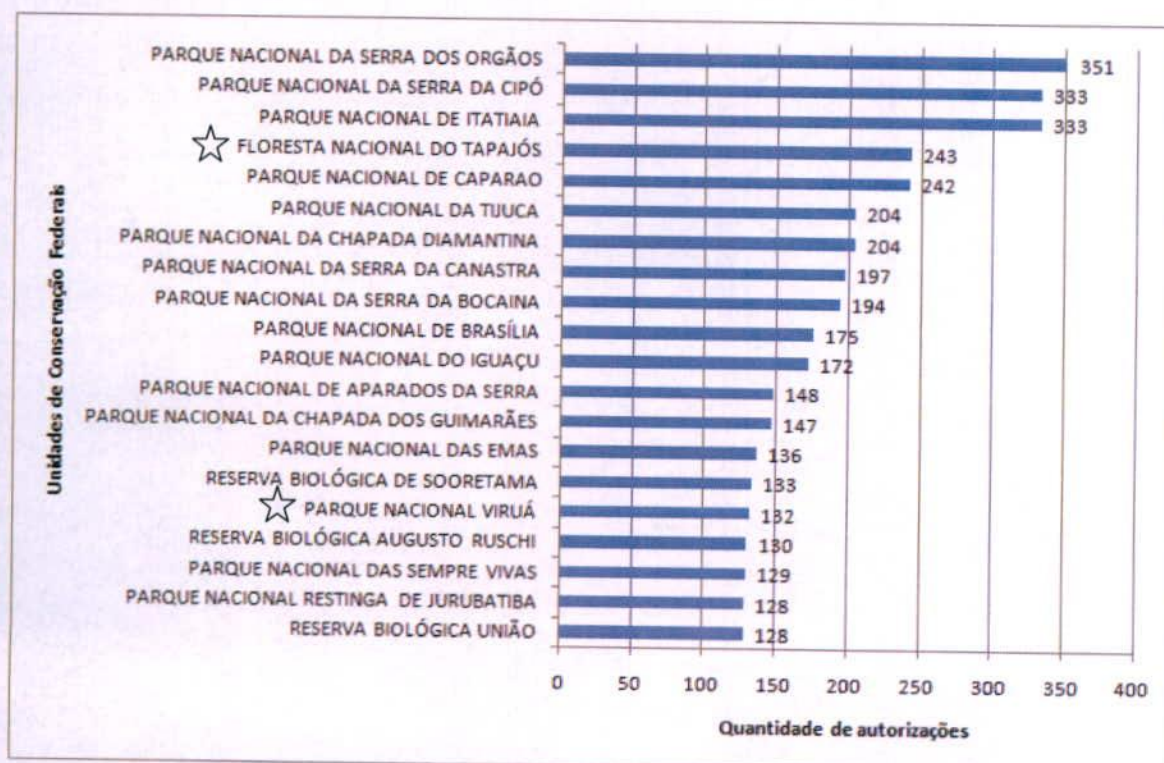


Figura 3. Número de pesquisas autorizadas pelo Sisbio nas 20 UC com maior quantidade de autorizações concedidas (não contabilizadas as renovações de autorizações anteriormente emitidas). As estrelas indicam UC amazônicas.

Dentre as UC no bioma Amazônia, observa-se o mesmo padrão: em geral, aquelas com maior facilidade de acesso e proximidade de rodovias são as que contam com maior quantidade de pesquisas autorizadas (vide Figura 4 e mapa na Figura 5).



Figura 4. Número de pesquisas autorizadas pelo Sisbio nas 20 UC do bioma Amazônia com maior quantidade de autorizações concedidas (não contabilizadas as renovações de autorizações anteriormente emitidas).

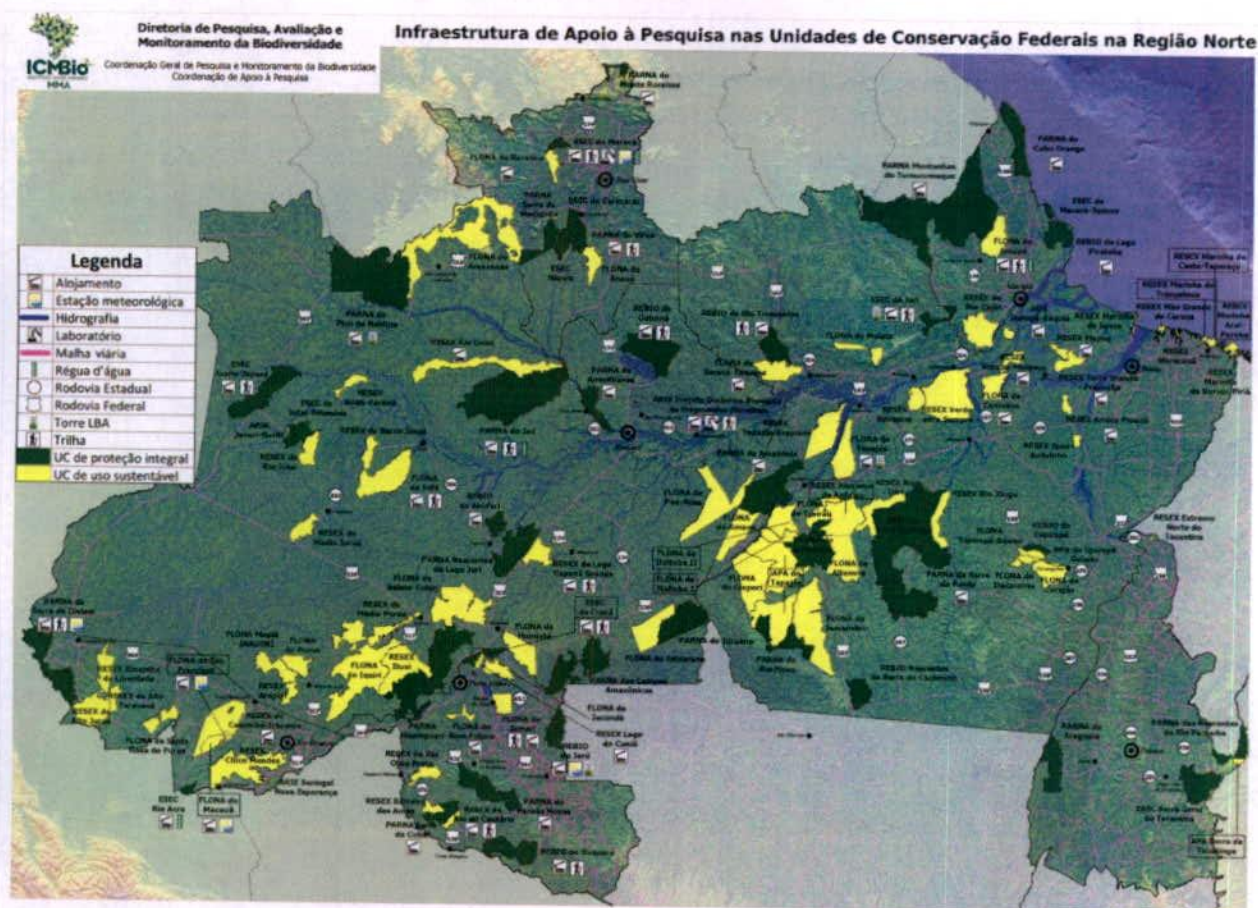


Figura 5. Mapa de estrutura de apoio à pesquisa nas UC amazônicas – disponível em <http://www.icmbio.gov.br/intranet/download/arquivos/dibio/mapas/infraAMAZ.pdf>.¹

No entanto, a realização de pesquisa nas UC amazônicas enfrenta dificuldades compartilhadas com todas as outras áreas de gestão, como educação, saúde, transporte e a própria agenda de pesquisa e desenvolvimento. Para ilustrar segue gráfico comparativo sobre quantidade de doutores e instituições de pesquisa nas regiões do país.

¹ Este mapa é parte de produto que deve ser publicado ainda este ano intitulado Venha Pesquisar Conosco, que visa, com mapas e perguntas centrais para as UC, justamente atrair pesquisadores para as áreas e temas menos conhecidos.

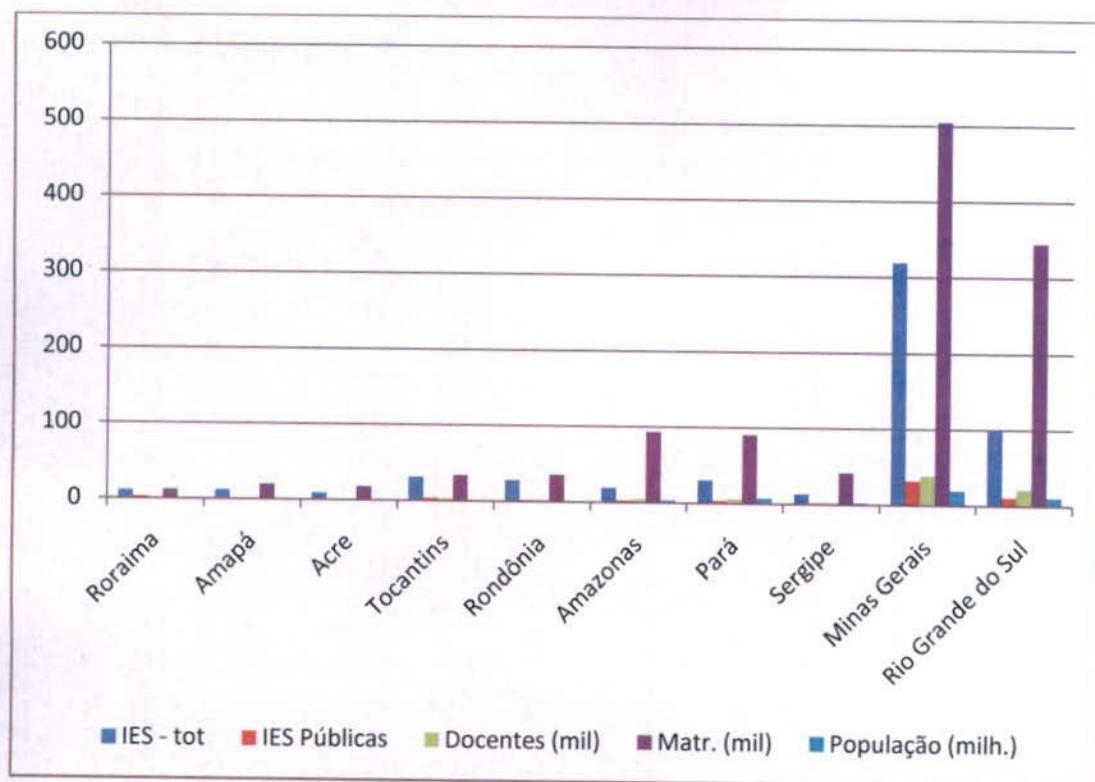


Figura 6. Quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES), IESs públicas, Docentes, matrículas e população nos estados da região amazônica e para comparação, os dados para o Sergipe, na região Nordeste, e estados do Sul e Sudeste. Não se usou Rio de Janeiro e São Paulo porque os números são muito grandes e dificultariam a visualização. Mas ficam evidentes as dificuldades para pesquisa sustentada e continuada na Amazônia. Fonte: CNPq.

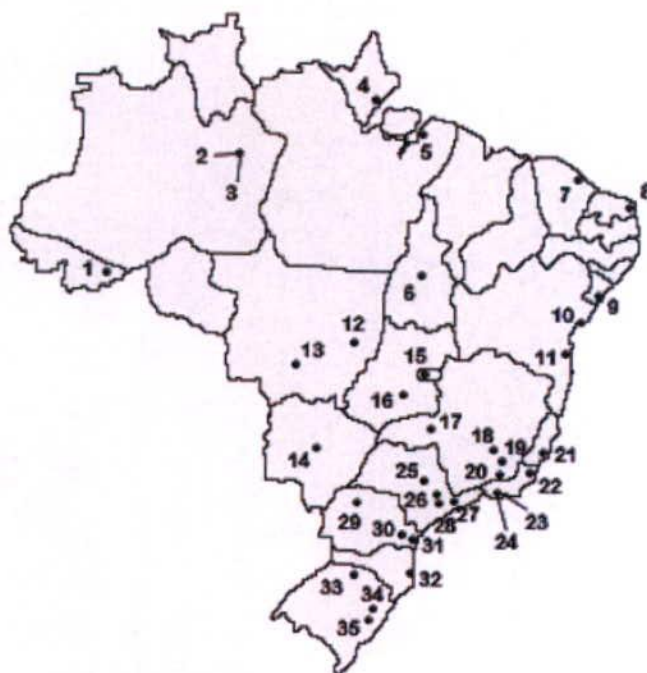


Figura 7. Mapa esquemático com distribuição dos cursos de pós-graduação em Ecologia e Meio Ambiente no país, reforçando a necessidade de esforços concentrados e coordenados na Amazônia. Fonte: Capes.

Relação entre pesquisa e gestão:

- Importante observar que desde agosto de 2011 está disponível o módulo relatório do Sisbio, que desde então recebeu 8.300 documentos. O módulo relatório contém campos para inserção de dados sobre as espécies estudadas (registros de ocorrências) e campos descritivos em que podem ser dadas recomendações para o manejo das UC. Os gestores estão progressivamente envolvidos na leitura destes relatórios e trazendo as propostas para discussão. Está prevista uma capacitação sobre o uso das informações e sugestões no dia a dia e no planejamento das unidades. Algumas unidades de conservação vêm usando os dados e recomendações em seus planos de manejo.
- Estes dados vêm sendo sistematicamente incorporados em dois processos-chave da DIBIO – Avaliação do estado de conservação das espécies da fauna (meta de avaliação de 10mil espécies até 2015) e planos de ação nacionais para espécies ameaçadas, com elaboração de cenários de conservação. Estes dois processos geram análises regionais cujos resultados vêm sendo incorporados nos planos de manejo das unidades.
- O programa ARPA, em seu planejamento na forma de cenários, enfatiza a importância do apoio logístico a pesquisas que atendam a prioridades indicadas nos planos de manejo (Ver Anexo 1 – mapas de planejamento de cenários para pesquisa e monitoramento das UC do ARPA).

Quadro 2. Cenários para a pesquisa e para o monitoramento conforme proposta de planejamento do ARPA. No Anexo 1 pode-se ver que muitas UC se programam para avançar em pesquisa e monitoramento, atendendo aos passos abaixo. Há vinculação entre a possibilidade formal de avanço e a finalização do plano de manejo.

Cenários para pesquisa	Avanço	Cenários para monitoramento	Avanço
Não existem trabalhos de pesquisa na UC.	1	Não existe monitoramento na UC.	1
Os trabalhos de pesquisas realizados na UC não são orientados pelas demandas do plano de manejo/gestão.	2	A UC utiliza informações provenientes de sistemas de monitoramento remoto para aprimorar a gestão da UC e identificou as prioridades para o monitoramento in situ.	2
A UC promove expedições esporádicas para a realização de pesquisas prioritárias para a gestão apontadas no plano de manejo.	3	A UC está estruturada para monitorar, in situ, indicadores socioambientais ou da biodiversidade.	3
A UC fomenta, de forma sistemática, um programa de pesquisas prioritárias apontadas no plano de manejo.	4	A UC monitora sistematicamente pelo menos um indicador socioambiental ou da biodiversidade.	4
Os resultados das pesquisas são sistematicamente utilizados para a melhoria da gestão da UC.	5	Um programa de monitoramento de indicadores socioambientais e da biodiversidade é implementado de forma integrada e contínua, gerando informações relevantes para a gestão da UC.	5

- A DIBIO lança anualmente uma chamada aberta de projetos de pesquisa, que por meio de análise meritocrática apoia projetos coordenados pelas unidades, com ênfase justamente nas perguntas voltadas para o manejo. Entre 2010 e 2012, dos 164 projetos priorizados, 60 foram na Amazônia – além do número deve-se considerar o maior custo médio dos projetos na Amazônia em função da logística necessária (resultados em <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/projetos-apoiados.html>).
- Há outras iniciativas nesta direção em UC amazônicas que não estão no ARPA (Parna Cabo Orange e Montanhas do Tumucumaque com recursos da WWF, Flona Amapá com recursos da Walmart e Conservação Internacional, Rebio Uatumã com recursos da Eletronorte, Flona Crepori e Amana e Resex Tapajós Arapiuns com recursos da Conservação Internacional). São muitas iniciativas mas, em grande parte pontuais e não sistematizadas na sede.

É preciso sempre uma forte articulação entre as diversas agências, de modo a investimentos sustentados e continuados, para que os resultados sejam consistentes e de fato incorporados no manejo. São exemplos duas unidades de conservação que estão fora do programa ARPA – a Flona de Caxiuanã, com a base de pesquisa do Museu Goeldi (Estação Científica Ferreira Pena com recursos também do programa PPBIO-MCTI) e a Flona Tapajós, também com o programa LBA. No caso da Flona Tapajós tem-se ainda o manejo florestal comunitário há décadas com forte atuação dos gestores na promoção junto à academia seminários e estímulo às pesquisas prioritárias, identificadas coletivamente. No entanto, cabe reforçar que estas ações continuadas são mais viáveis nos locais mais próximos aos centros urbanos – ex. Parna Anavilhanas, Flona Tapajós, Parna Viruá, Rebio Uatumã.

Em relação então ao **item 175**, em que se recomenda promoção de ações de articulação institucional para aprimorar infraestrutura de apoio à pesquisa, vislumbramos os seguintes pontos:

- Há iniciativas que podem ser fortalecidas em parceria com MCTI (programa PPBIO e LBA, por exemplo), CNPq (PELD), Fundações de amparo à pesquisa nos estados (ex. parceria do ICMBio com FAPEAM para bolsas de pesquisa em áreas protegidas) e Capes (<http://www.capes.gov.br/36-noticias/6569-pro-amazonia-aprova-26-projetos-na-area-de-biodiversidade-e-sustentabilidade>). Este fortalecimento vem sendo buscado pelo ICMBio e pelo MMA mas pode ser alavancado por uma agenda interministerial mais próxima voltada para as UC amazônicas.
- O ICMBio deve submeter em breve ao Fundo Amazônia projeto com ênfase em proteção, mas entende-se que as estruturas a serem construídas devem ser multifuncionais e inseridas na logística disponível à pesquisa.
- No planejamento das UC inseridas no ARPA, para pesquisa e monitoramento, vê-se forte previsão de investimento em estruturas de apoio à pesquisa e monitoramento.

- Há locais em que não cabe investir em estrutura por conta dos elevados custos de manutenção, mas cabem os investimentos para melhoria na logística, integrando-a à de outros processos. É necessária outra estratégia para conhecimento das áreas que por muito tempo continuarão com logística precária – é preciso investir em expedições, por exemplo, o que vem se dando por instrumentos diversos (ex. editais Fapesp em parceria com fundações de amparo à pesquisa dos estados amazônicos) mas que podem ser fortalecidos e direcionados para temas-chave com recursos de compensação ambiental e demandas a fundos setoriais.
- Há necessidade de articulação interna para otimizar deslocamentos, integrando ações de educação, formação de conselhos e pesquisa, por exemplo.

Monitoramento da Biodiversidade

O ICMBio, em articulação com o MMA, está estruturando o Sistema de Monitoramento da Biodiversidade em Unidades de Conservação, coordenado pelas Diretorias de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade e Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação.

O Sistema está estruturado em duas linhas complementares de operação: nas linhas do monitoramento de indicadores globais que pretende gerar informações para subsidiar a efetividade da conservação da biodiversidade pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); e do monitoramento de indicadores locais, que pretende gerar informações para subsidiar ações de gestão e manejo da biodiversidade alinhados aos objetivos particulares e específicos de cada unidade de conservação.

O monitoramento global trabalha com indicadores, sistema amostral e protocolos de coleta de dados padronizados para UC de todos os biomas, definidos com a participação de mais de 100 especialistas e incorporando aprendizados de sistemas implementados em diversos outros países. Desta forma, ao aderirem ao Sistema de Monitoramento da Biodiversidade, a UC passa a coletar dados seguindo estes protocolos e a gerar informações comparáveis e unificáveis a todas as outras UC integrantes do Sistema. Esta construção tem sido sistemática e detalhista. Leva tempo, mas visa garantir a comparabilidade dos dados e seu uso potencializado em diversas análises e aproximações. Os protocolos, uma vez testados e aprovados, serão apresentados a órgãos inseridos na agenda de licenciamento, visando a criação de uma malha ampliada de pontos de monitoramento, aumentando o contraste e o poder de análise.

O monitoramento da biodiversidade proposto para as UC amazônicas se insere neste contexto, mas há uma ênfase maior no monitoramento participativo de base local, que potencializa a inserção dos dados nas decisões cotidianas e estratégicas. Está em curso um fortalecimento da

relação entre o monitoramento da biodiversidade e monitoramento de outros componentes importantes para a gestão.

Está em implementação o projeto Monitoramento participativo da biodiversidade em unidades de conservação amazônicas, com apoio da Fundação Moore, da GIZ, com envolvimento das instituições atuantes localmente. São inicialmente seis UC (vide abaixo), inseridas no ARPA, e que servem de piloto para sua implementação mais ampla no sistema ARPA, com apoio do MMA.

Resex do Rio Unini/ PARNA do Jaú	AM
Rebio Uatumã	AM
Resex Cazumbá-Iracema	AC
Flona Jamari	RO
Parna Montanhas do Tumucumaque	AP
Resex Tapajós-Arapiuns	PA

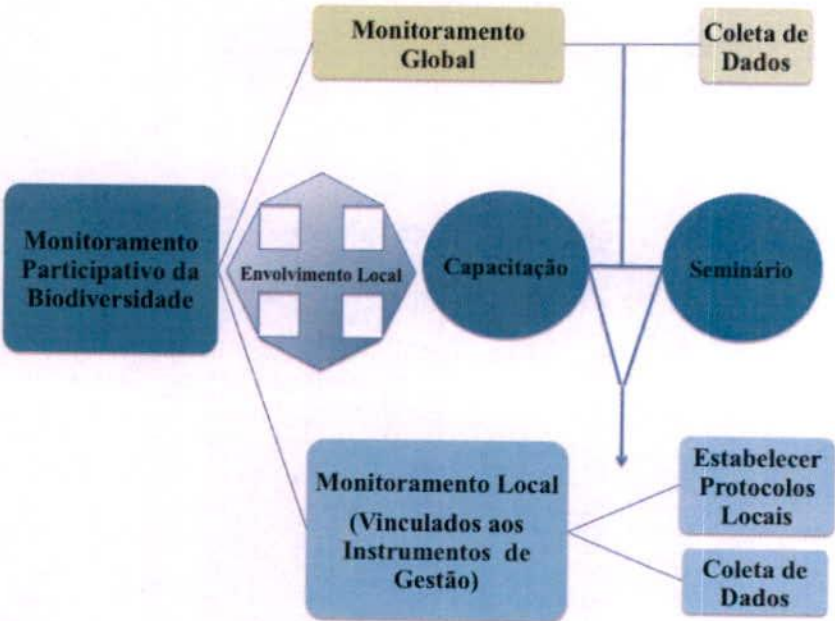


Figura 8. Próximos passos na construção e implementação do Monitoramento participativo da biodiversidade em unidades de conservação amazônicas.

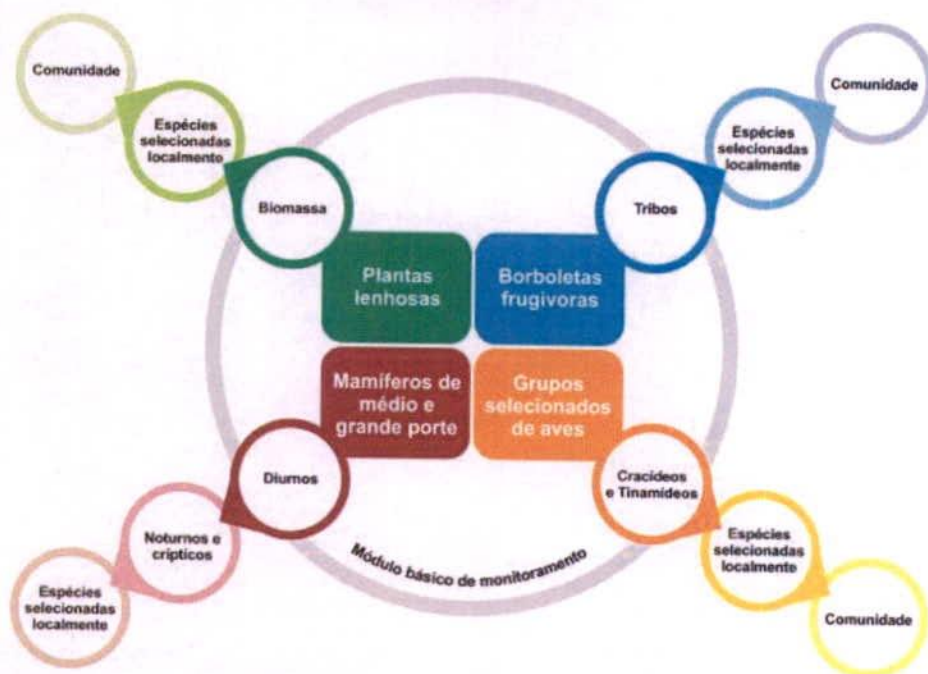


Figura 9. Indicadores selecionados para a avaliação global das unidades de conservação.

Em relação ao **item 176**, relativo à recomendação de “elaboração de estratégia de monitoramento da biodiversidade por meio do aprimoramento dos mecanismos de comunicação dos resultados socioambientais alcançados nas unidades de conservação”, o programa de monitoramento em curso no ICMBio contribui com os indicadores e protocolos expostos acima, as experiências piloto e o sistema de informação apresentado no item abaixo, que recepcionará os dados de monitoramento e os divulgará junto a outros dados custodiados pelo ICMBio. São todas iniciativas em curso mas que necessitam de continuidade nos investimentos.

Gestão da informação

Como dito acima, o Sisbio é importante fonte de informação sobre as pesquisas em curso nas UC Amazônicas. Em relação a ocorrências de espécies, com base em 228mil pontos de ocorrência no país, vê-se que para todos os grandes grupos taxonômicos há estudos bem distribuídos na Amazônia, embora sempre com lacunas notáveis (ver mapas no Anexo 2). No entanto, a intensidade de registros não reflete de fato a diversidade amazônica a ser conhecida – dos 228mil pontos, cerca de 15mil (6,7%) estão na Amazônia. Considerando os animais, são 15,1% dos registros na região (12mil).

Está em elaboração o módulo gerencial do Sisbio, que permitirá a extração dos dados do sistema por cada analista, potencializando o uso da ferramenta para a gestão e para fazer as análises.

O Sisbio está sendo integrado aos demais sistemas de biodiversidade do ICMBio, gerenciados pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação relativos aos seus grupos de interesse (ex. Sa-Guí – primatas; SNA – aves; Sistamar – tartarugas marinhas; Sisquelônios – quelônios continentais,

este com forte relevância para a Amazônia; dentre outros). Os dados do monitoramento da biodiversidade nas UC também entrarão na plataforma do Sisbio, facilitando análise e integração dos dados.

Após esta integração os dados devem ser disponibilizados em portal amigável, que será acessado livremente pela sociedade. Esperamos assim contribuir para o alcance do exposto no **item 177**: “estabelecimento de uma sistemática nacional de monitoramento por meio da consolidação das informações acerca das UC [e que] possibilite que seja conhecido, divulgado e compartilhado com a sociedade o valor do patrimônio ambiental”.

Em paralelo há o desafio de incorporar tanta informação na gestão, o que vem sendo fortalecido em programas de capacitação. Está inserido no ciclo de capacitação de monitoramento da biodiversidade, de integração dos dados/ sistemas e outros, de forma menos explícita. Além disso, nos Seminários anuais de pesquisa do ICMBio (<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/seminarios-de-pesquisa.html>) e nos diversos seminários realizados nas UC e pelos Centros, é feito o exercício de integração entre conhecimento e tomada de decisão, com compartilhamento de boas experiências.

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

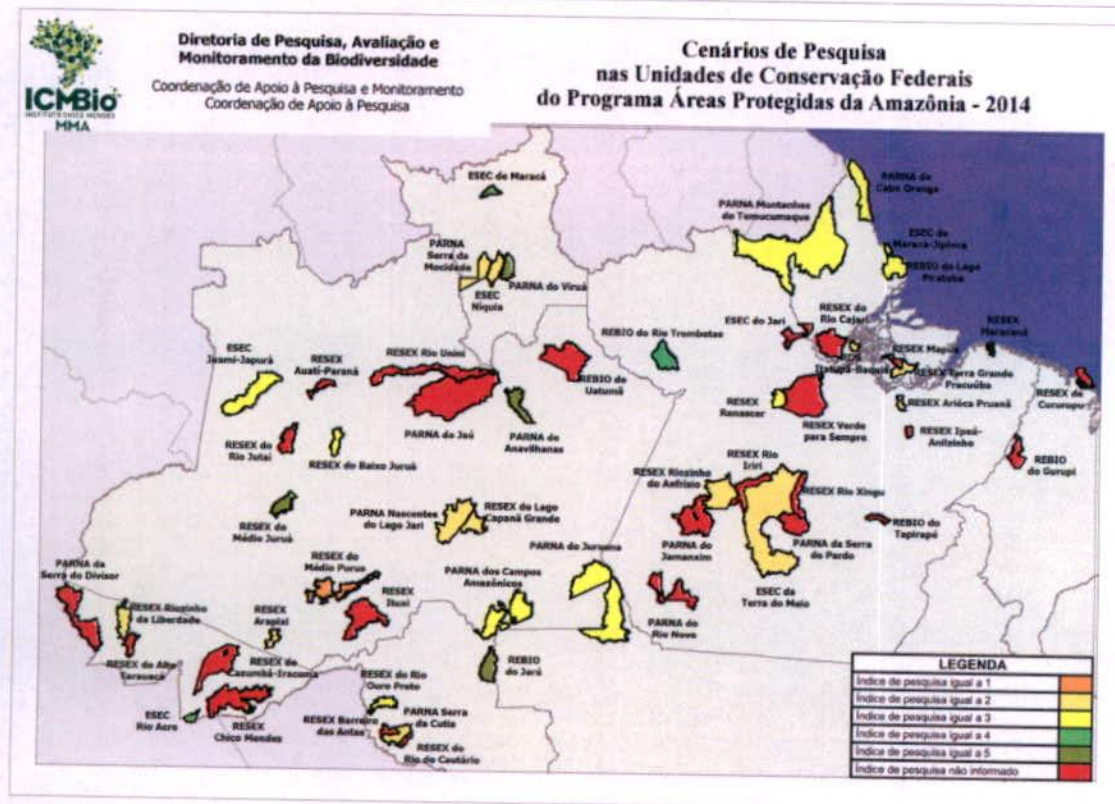
ICMBio
MMA

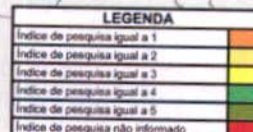
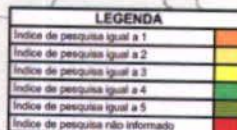
Coordenação de Apoio à Pesquisa e Monitoramento
Coordenação de Apoio à Pesquisa

Cenários de Pesquisa nas Unidades de Conservação Federais do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - 2013

The map displays various federal conservation units across the Amazon region, color-coded according to their research index. The legend indicates five levels of research activity, from light yellow (index 1) to dark red (index 5), with white representing no information.

LEGENDA	
Índice de pesquisa igual a 1	(Light Yellow)
Índice de pesquisa igual a 2	(Yellow)
Índice de pesquisa igual a 3	(Orange)
Índice de pesquisa igual a 4	(Dark Orange)
Índice de pesquisa igual a 5	(Red)
Índice de pesquisa não informado	(White)

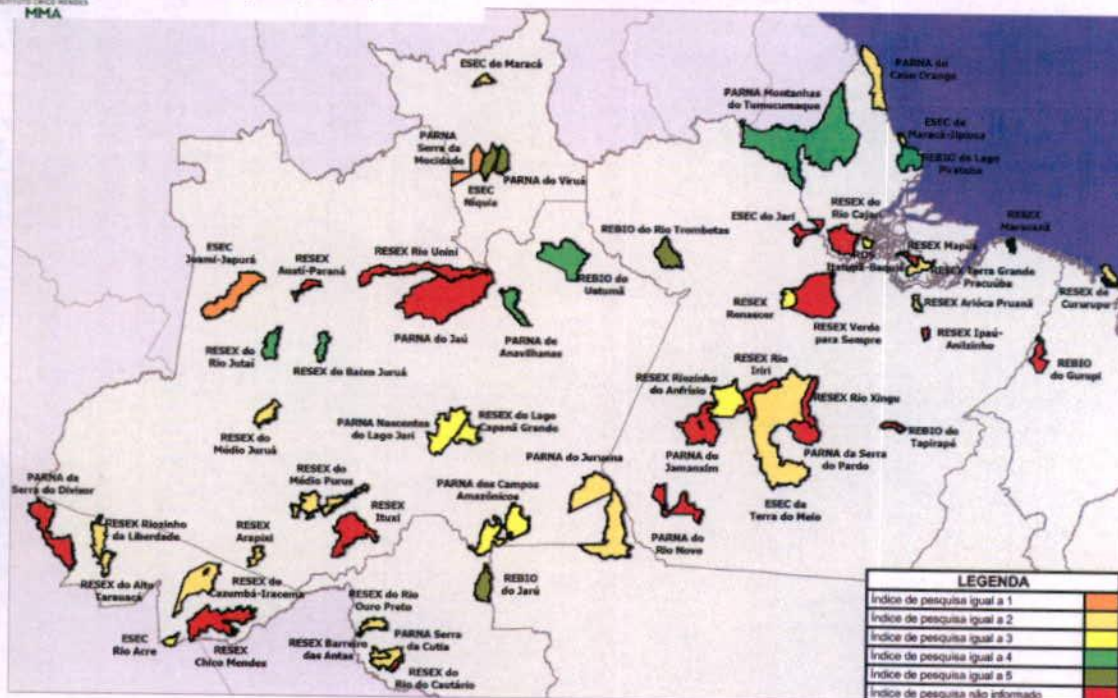






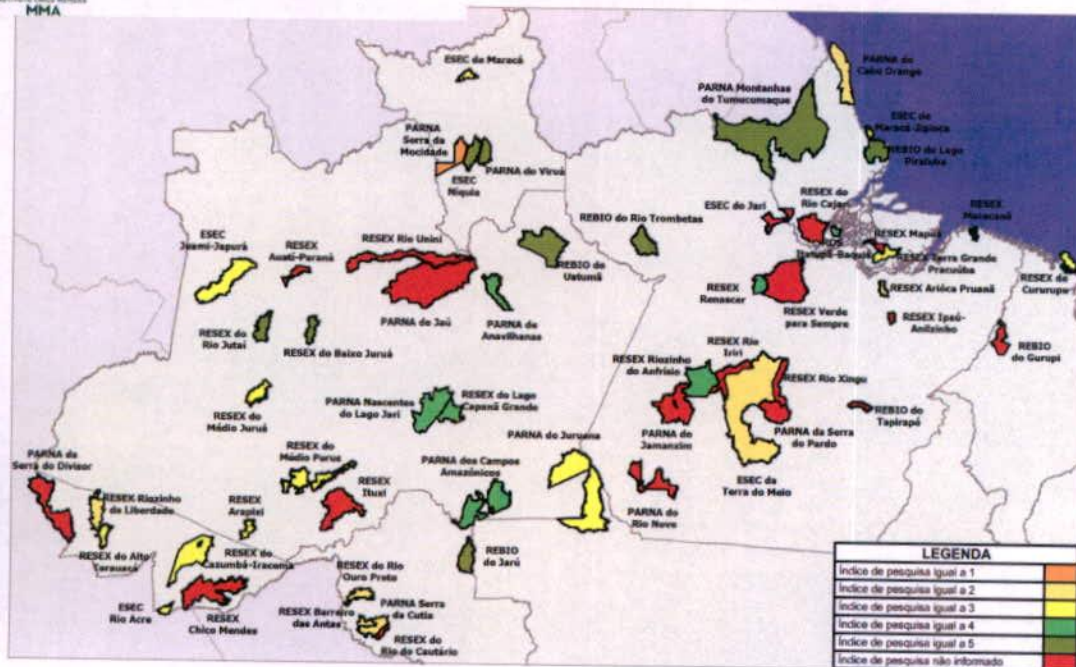
Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
Coordenação de Apoio à Pesquisa e Monitoramento
Coordenação de Apoio à Pesquisa

Cenários de Monitoramento nas Unidades de Conservação Federais do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - 2014

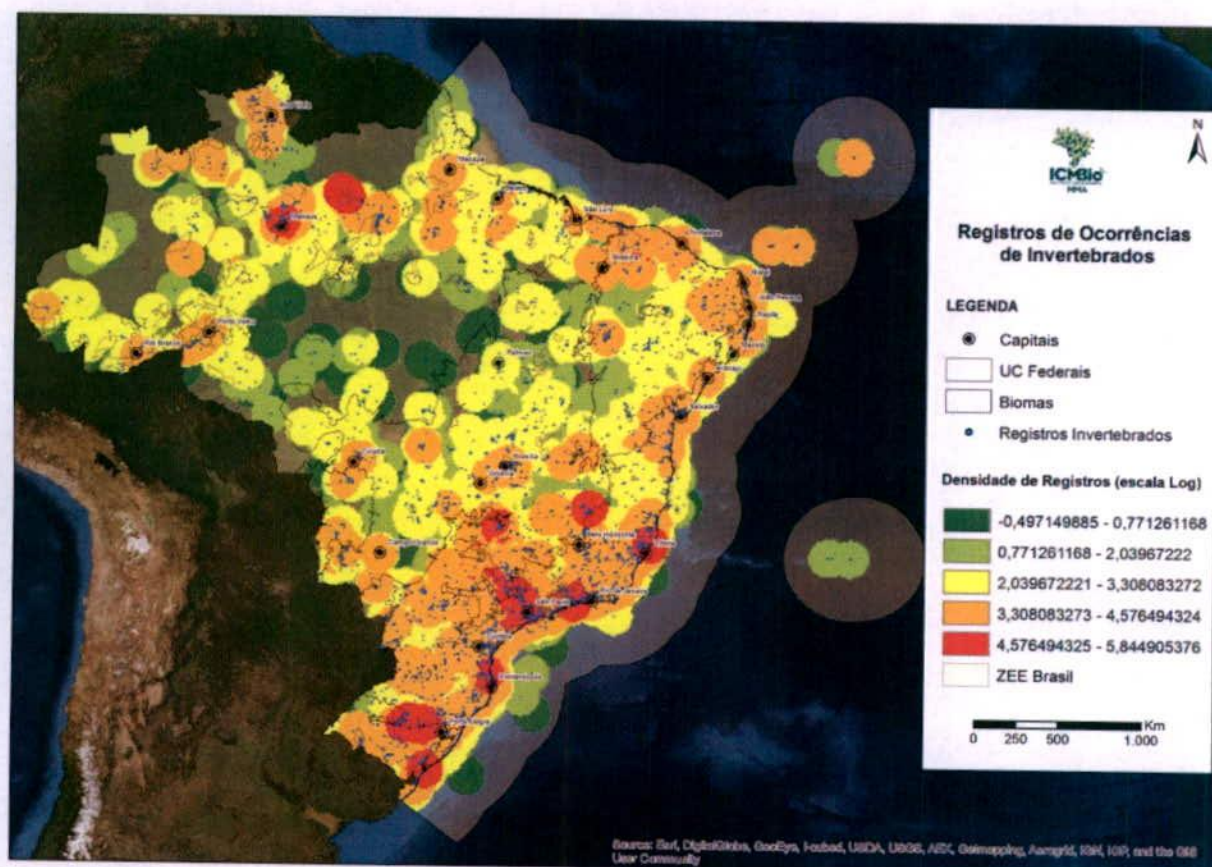


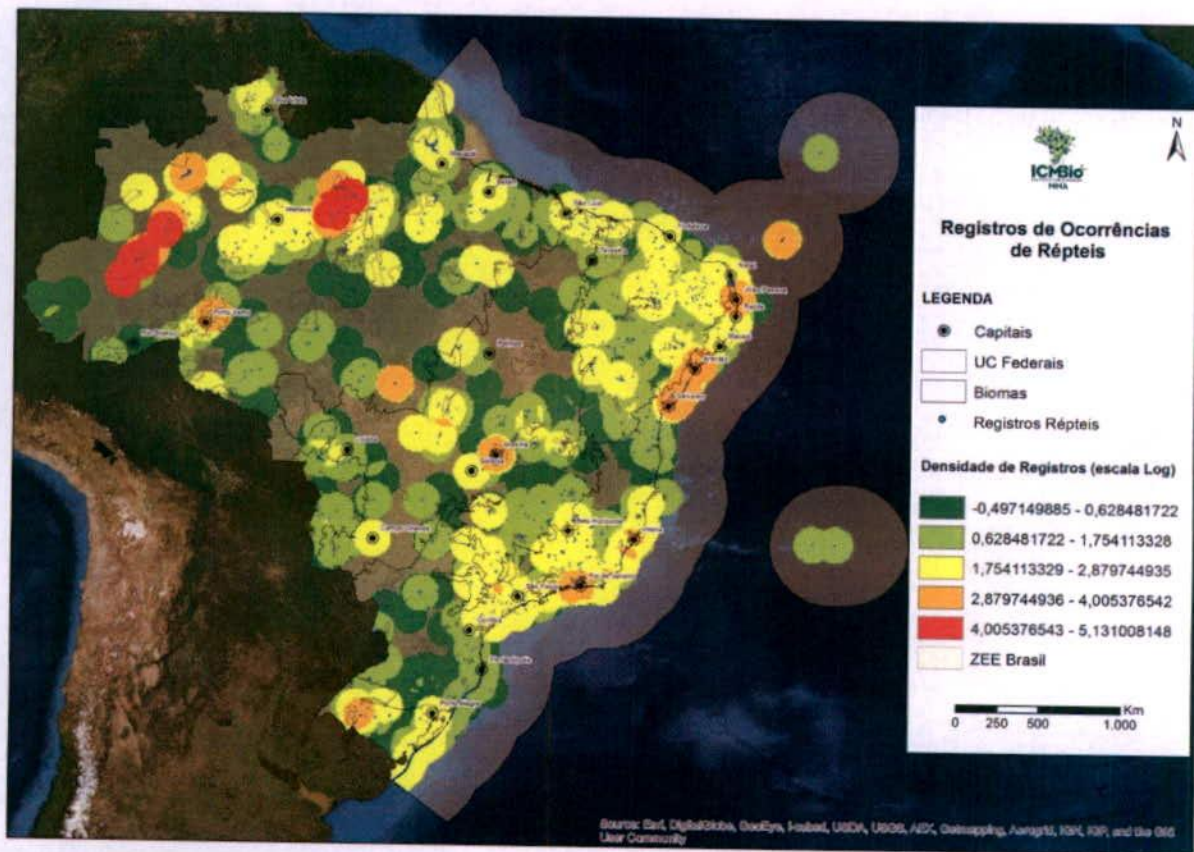
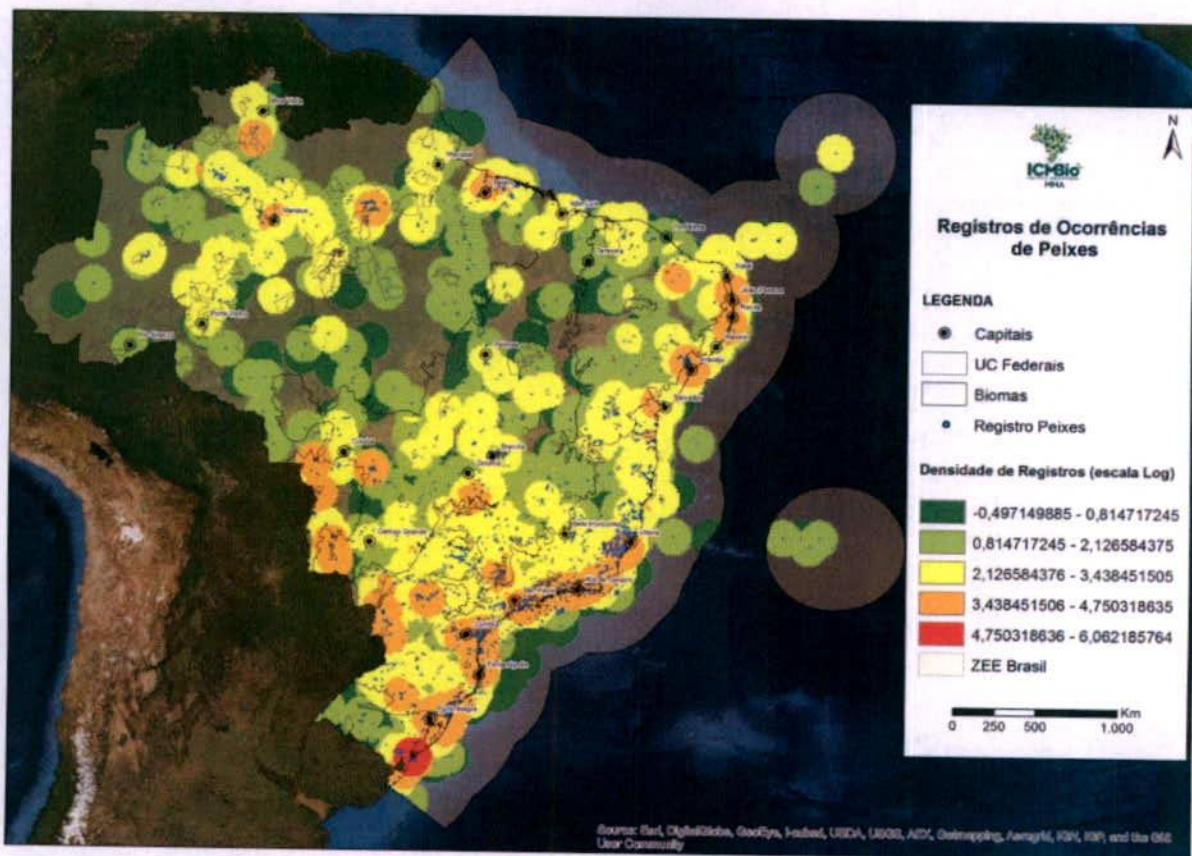
Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
Coordenação de Apoio à Pesquisa e Monitoramento
Coordenação de Apoio à Pesquisa

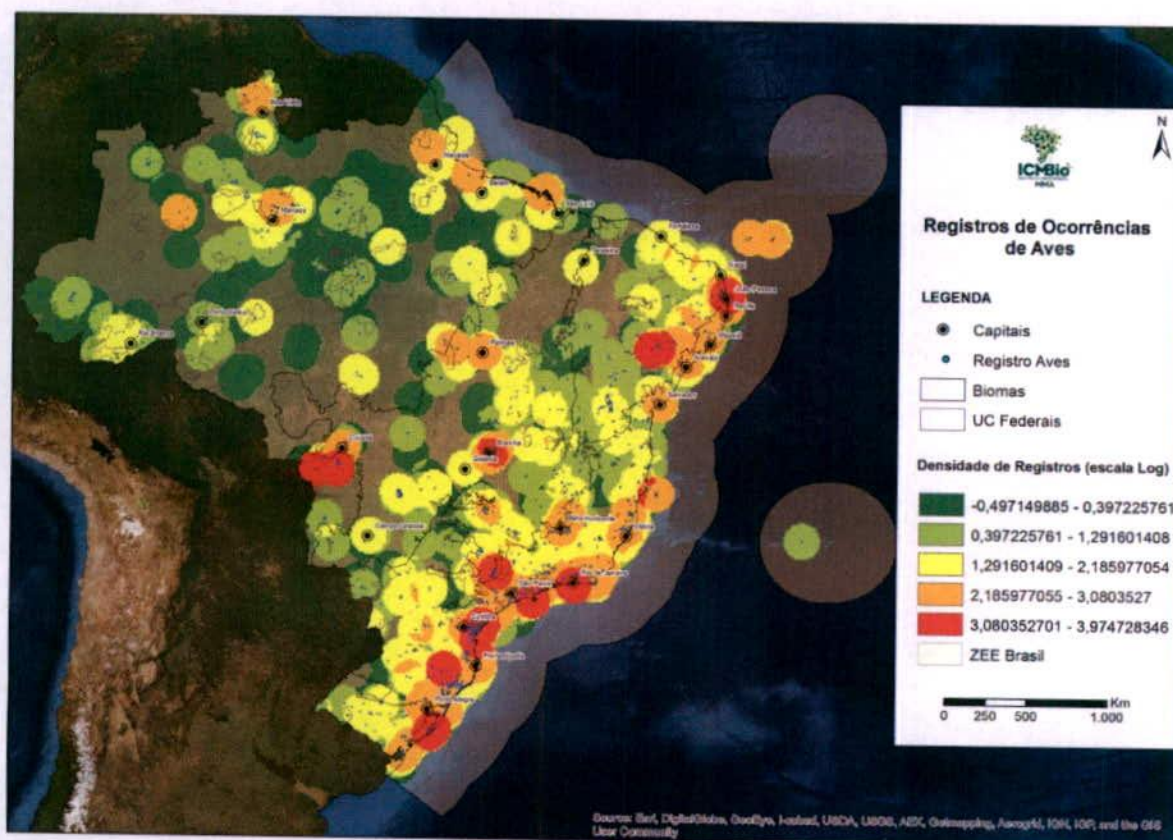
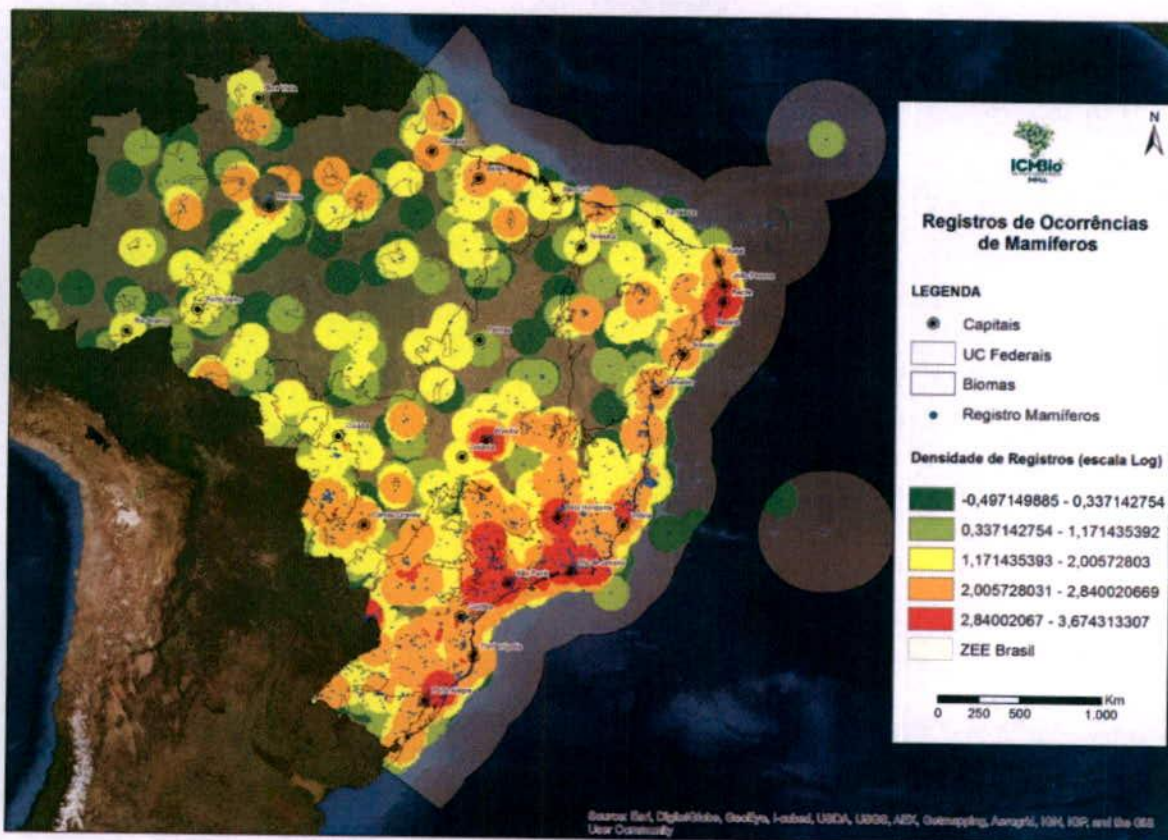
Cenários de Monitoramento nas Unidades de Conservação Federais do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - 2015

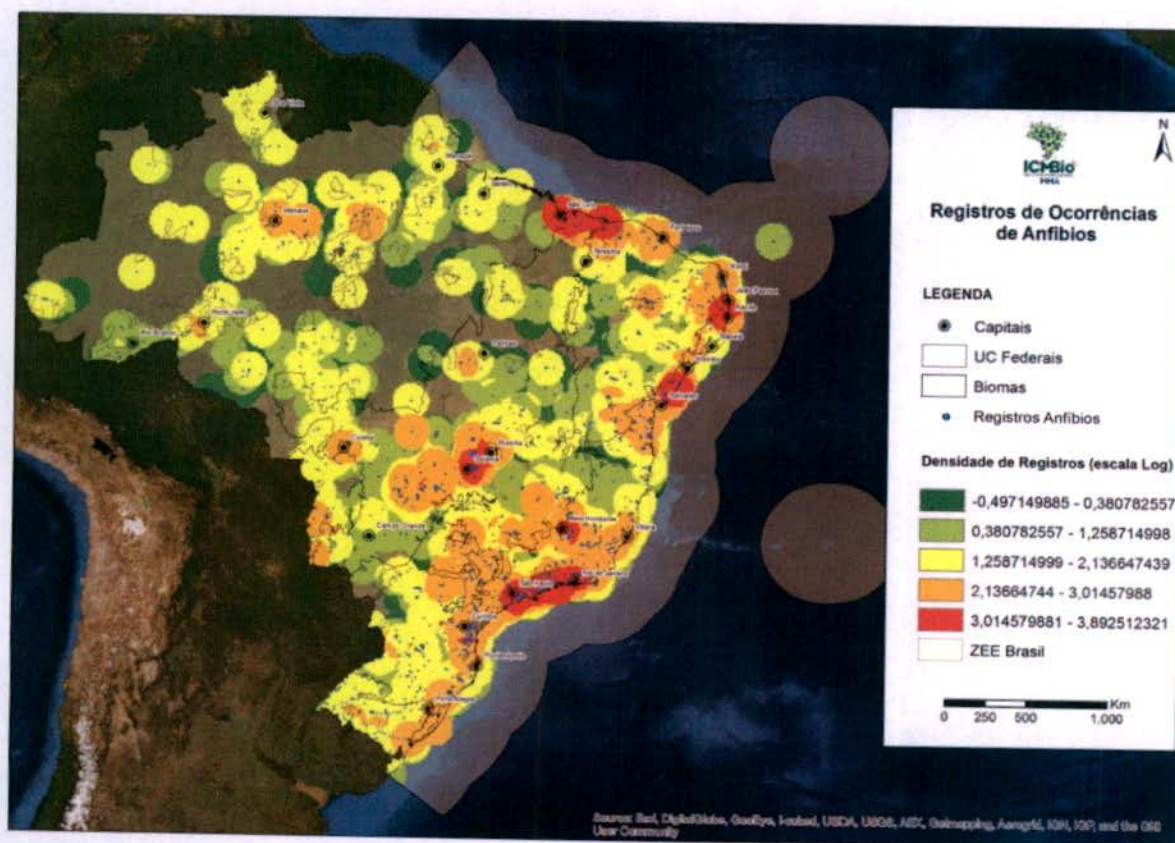
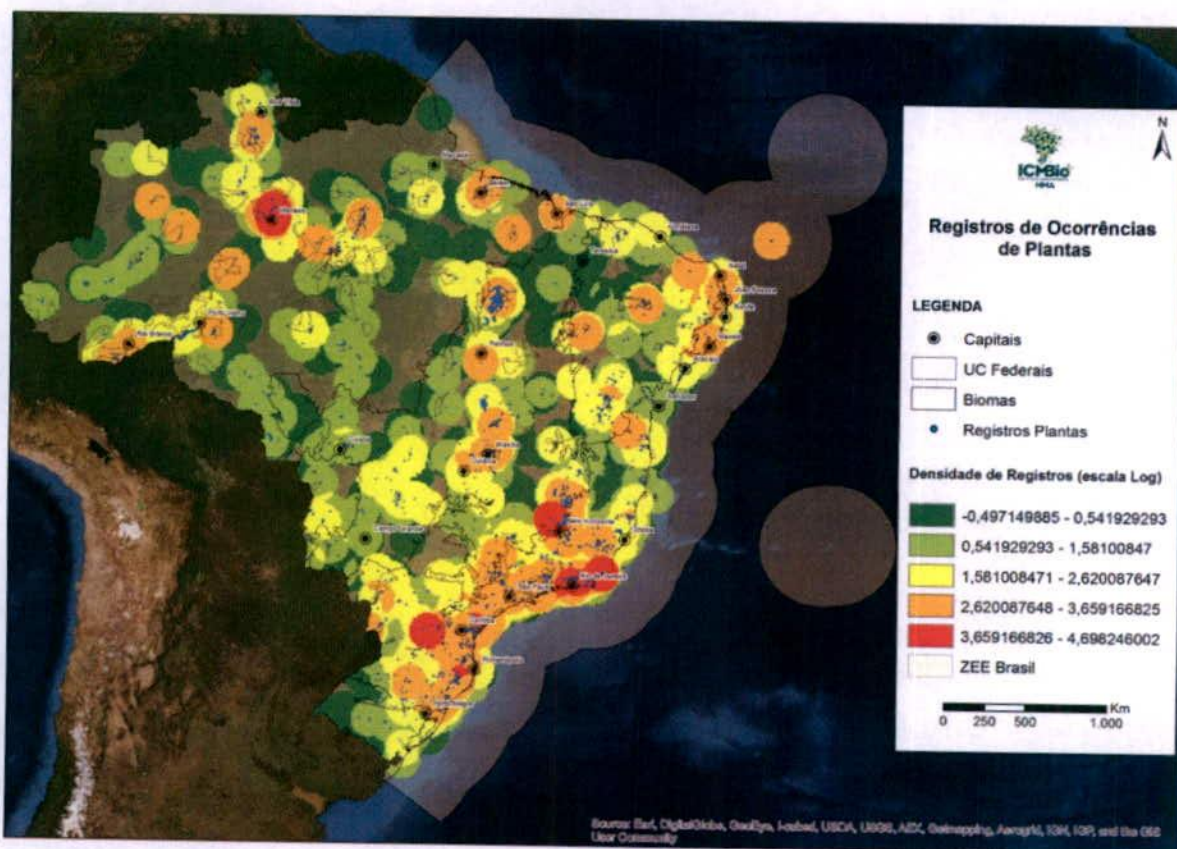


Anexo 2 – Distribuição geográfica dos registros de ocorrência de espécies no Sisbio por diferentes grupos taxonômicos. Os dados estão em escala logarítmica.









Anexo IV

Maio de 2014



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

SITUAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE DOMÍNIO PÚBLICO- 04/agosto/2013

Nº	Nome da Unidade	UF	Data de Criação	Área (ha)	CDRU (ha)	Terras Indígenas (ha)	Assentamento INCRA (ha)	Glebas Arrecadadas - União (ha)	Glebas Arrecadadas - Estado (ha)	Áreas Militares (ha)	Imóveis privados certificados (ha)	Áreas Adquiridas (ha)	Terras Supostamente Devolutas (ha)	Terras Privadas (ha)
BIOMA AMAZÔNIA														
1	Esec da Terra do Meio	PA	2005	3.373.175	-	-	-	-	1.970.743	-	1.537	-	1.400.895	1.537
2	Esec de Caracará	RR	1982	86.795	-	1.661	-	84.211	-	-	-	-	923	-
3	Esec de Cunã	RO/AM	2001	185.314	-	-	-	180.314	-	-	8	-	-	5.000
4	Esec de Iquê	MT	1981	215.971	-	207.996	-	-	-	-	3.294	-	4.678	3.296
5	Esec de Jutai-Solimões	AM	1983	289.514	-	37.524	-	-	-	-	-	-	251.990	-
6	Esec de Maracá	RR	1981	103.520	-	-	-	103.520	-	-	-	-	-	-
7	Esec do Jari	PA/AP	1982	231.082	-	-	-	-	93.593	-	-	-	137.489	-
8	Esec Juami-Japurá	AM	2001	831.532	-	-	-	-	296.075	-	-	-	535.457	-
9	Esec Niquiá	RR	1985	284.791	284.791	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Esec Rio Acre	AC	1981	79.094	-	-	-	79.094	-	-	-	-	-	-
11	Flona de Altamira	PA	1998	724.974	-	-	-	5.740	-	715.980	-	-	-	3.254
12	Flona de Anauá	RR	2005	259.403	-	-	-	259.403	-	-	-	-	-	-
13	Flona de Balata-Tufari	AM	2002	1.079.678	-	-	-	1.079.678	-	-	-	-	-	-
14	Flona de Carajás	PA	1998	392.730	392.730	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Flona de Caxiuanã	PA	1961	317.951	-	-	-	-	1.771	-	-	-	316.180	-
16	Flona de Humaitá	AM	1998	473.159	-	29.468	-	433.679	-	9.574	-	-	-	438
17	Flona de Itaituba 1	PA	1998	212.892	-	-	-	10.236	-	193.252	-	-	9.403	-
18	Flona de Itaituba 2	PA	1998	397.756	-	-	3.271	349.473	-	15.865	-	-	32.417	-
19	Flona de Jacundá	RO	2004	221.220	-	-	-	213.597	-	-	-	-	7.623	-
20	Flona de Mulata	PA	2001	216.604	-	-	104.635	1.025	-	-	-	-	215.579	-
21	Flona de Pau-Rosa	AM	2001	988.187	965.490	22.432	-	-	-	-	-	-	265	-
22	Flona de Roraima	RR	1989	167.332	-	-	6.701	159.896	-	-	-	-	7.436	-
23	Flona de Santa Rosa do Purus	AC	2001	231.557	231.557	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24	Flona de São Francisco	AC	2001	21.148	21.148	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	Flona de Saracá-Taquera	PA	1989	441.288	-	-	1.595	1.787	52.132	-	-	-	387.369	-
26	Flona de Tefé	AM	1989	865.127	-	-	-	-	-	-	-	-	865.127	-
27	Flona do Amanã	PA	2006	539.577	-	-	-	309.039	-	-	-	-	230.539	-
28	Flona do Amapá	AP	1989	460.359	-	-	-	8.656	-	-	-	-	451.703	-
29	Flona do Amazonas	AM/RR	1989	1.944.230	-	1.685.026	-	-	-	10.700	-	-	248.504	-
30	Flona do Bom Futuro	RO	1988	97.385	-	-	-	92.385	-	-	2.731	-	-	5.000
31	Flona do Crepori	PA	2006	740.396	-	-	-	186.916	114.990	-	-	-	438.491	-
32	Flona do Iquiri	AM	2008	1.472.610	-	-	-	219.269	-	-	118.084	-	1.135.257	118.084
33	Flona do Itacaiunas	PA	1998	136.701	-	-	-	56.852	-	-	-	-	79.849	-
34	Flona do Jamari	RO	1984	222.116	-	-	-	219.720	-	-	5	-	-	2.396
35	Flona do Jamaxim	PA	2006	1.301.697	-	-	-	1.301.697	-	-	-	-	-	-
36	Flona do Jatuarana	AM	2002	569.428	-	-	-	558.056	-	-	-	-	61.533	-
37	Flona do Macaúã	AC	1988	176.350	155.194	-	-	-	-	-	-	-	21.156	-
38	Flona do Purus	AM	1988	256.123	-	61.744	-	152.268	-	-	-	-	42.110	-
39	Flona do Tapajós	PA	1974	530.621	107.862	-	-	422.759	-	-	-	-	-	-
40	Flona do Tapirape-aquiri	PA	1989	196.506	-	-	-	10.033	-	-	13	-	186.473	-
41	Flona do Trairão	PA	2006	257.529	-	-	6.724	248.286	-	-	-	-	-	9.243
42	Flona Mapiá-Inauni	AM	1989	368.950	-	5.001	-	105	8.541	-	-	-	355.304	-
43	Parna da Amazônia	AM/PA	1974	1.066.208	-	87.880	1.801	15.759	54.127	-	-	-	908.443	-
44	Parna da Serra da Mocidade	AM/RR	1998	376.817	-	-	-	-	-	367.611	-	-	9.206	-

45	Parna da Serra do Divisor	AC	1989	837.560	-	412	-	-	-	-	-	837.148	-
46	Parna da Serra do Pardo	PA	2005	445.413	-	-	-	33.891	-	-	-	411.523	-
47	Parna de Anavilhanas	AM	1981	340.835	-	-	-	110.100	79.985	-	-	150.750	-
48	Parna de Pacaás Novos	RO	1979	708.670	-	706.804	-	-	-	-	459	-	1.866
49	Parna do Jamanxim	PA	2006	859.807	-	-	-	847.386	-	-	-	-	12.421
50	Parna do Jaú	AM/RR	1980	2.367.357	-	-	-	-	-	-	-	2.367.357	-
51	Parna do Juruena	AM/MT	2006	1.958.223	713.574	-	-	672.935	-	-	137.916	-	571.715
52	Parna do Monte Roraima	RR	1989	116.749	-	115.734	-	-	-	-	-	1.015	-
53	Parna do Pico da Neblina	AM	1979	2.252.639	-	1.417.985	-	-	-	-	-	834.654	-
54	Parna do Rio Novo	PA	2006	538.157	-	-	-	350.413	70.445	-	-	117.299	-
55	Parna do Viruá	RR	1998	214.951	-	-	-	214.951	-	-	-	-	-
56	Parna dos Campos Amazônicos	RO/MT/AM	2006	961.327	-	-	-	964.190	-	-	8.974	120.474	30.000
57	Parna Mapinguari	AM/RO	2008	1.776.929	-	-	-	1.657.964	-	-	47.750	71.214	47.750
58	Parna Montanhas do Tumucumaque	AP	2002	3.865.172	3.865.172	-	-	-	-	-	-	-	-
59	Parna Nascentes do Lago Jari	AM	2008	812.753	-	2.901	4.341	622.992	5.286	-	-	-	181.574
60	Parna Serra da Cutia	RO	2001	283.503	283.504	-	-	-	-	-	-	-	-
61	RDS Itatupá-Baquiá	PA	2005	64.442	64.442	-	-	-	-	-	-	-	-
62	Rebio do Abufari	AM	1982	223.867	-	-	-	22.912	126.735	-	-	74.220	-
63	Rebio do Guaporé	RO	1982	615.776	-	408.022	-	-	-	-	25	207.755	-
64	Rebio do Gurupi	MA	1988	271.201	-	766	377	-	-	-	9.629	260.806	9.629
65	Rebio do Jaru	RO	1979	346.864	-	13.095	-	253.769	-	-	54.761	-	80.000
66	Rebio do Lago Piratuba	AP	1980	392.475	-	-	-	-	-	-	-	392.475	-
67	Rebio do Rio Trombetas	PA	1979	407.759	-	-	803	-	560	-	-	407.199	-
68	Rebio do Tapirapé	PA	1989	99.273	-	-	-	3.146	-	-	-	96.127	-
69	Rebio do Uatumã	AM	1990	938.732	-	-	-	502.608	379.076	-	-	57.048	-
70	Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo	PA	2005	342.196	-	-	-	342.196	-	-	-	-	-
71	Resex Arapixi	AM	2006	133.712	-	-	1.518	4.551	115.046	-	-	-	14.115
72	Resex Arioca Pruanã	PA	2005	83.817	-	-	-	-	-	-	-	83.817	-
73	Resex Auati-Paraná	AM	2001	146.949	-	-	-	-	146.046	-	-	904	-
74	Resex Barreiro das Antas	RO	2001	106.199	106.199	-	-	-	-	-	-	-	-
75	Resex Chico Mendes	AC	1990	931.543	-	-	-	-	-	-	898	931.543	-
76	Resex da Mata Grande	MA	1992	11.432	-	-	-	-	-	-	-	-	11.432
77	Resex do Alto Juruá	AC	1990	537.949	-	5.210	-	-	-	-	532.740	-	-
78	Resex do Alto Tarauacá	AC	2000	150.924	-	-	-	-	-	-	-	150.924	-
79	Resex do Baixo Juruá	AM	2001	187.982	-	-	-	-	187.982	-	-	-	-
80	Resex do Cazumbá-Iracema	AC	2002	750.922	-	-	144.539	44.606	-	-	15.690	-	706.316
81	Resex do Ciriaco	MA	1992	8.107	-	-	-	-	-	-	6.107	-	2.000
82	Resex do Lago do Capana Grande	AM	2004	304.313	223.709	-	-	-	-	-	-	-	80.605
83	Resex do Médio Juruá	AM	1997	251.579	-	-	-	-	251.579	-	-	-	-
84	Resex do Médio Purus	AM	2008	604.236	-	-	-	2.722	158.066	-	13.412	23.102	420.347
85	Resex do Quilombo Flexal	MA	1992	9.338	-	-	-	-	-	-	-	9.338	-
86	Resex do Rio Cajari	AP	1990	532.405	-	-	6.945	43.507	-	-	-	255.897	233.000
87	Resex do Rio do Cautário	RO	2001	75.125	75.125	-	-	-	-	-	-	-	-
88	Resex do Rio Jutai	AM	2002	275.516	-	-	-	-	275.516	-	-	-	-
89	Resex do Rio Ouro Preto	RO	1990	204.633	-	-	-	192.633	-	-	-	-	12.000
90	Resex Gurupá-Melgaço	PA	2006	145.574	145.574	-	-	-	-	-	-	-	-
91	Resex Ipaú-Anilzinho	PA	2005	55.835	-	-	700	2.699	6.038	-	-	-	47.098
92	Resex Ituxi	AM	2008	776.330	-	-	-	267.752	-	-	34.164	308.577	200.000
93	Resex Lago do Cunã	RO	1999	50.604	49.688	-	-	-	-	-	-	-	916
94	Resex Mapuá	PA	2005	93.748	93.748	-	-	-	-	-	-	-	-
95	Resex Renascer	PA	2009	209.667	-	-	-	-	207.442	-	-	-	2.225
96	Resex Rio Iriri	PA	2006	398.998	-	-	-	-	119.089	-	-	279.908	-
97	Resex Rio Unini	AM	2006	849.693	-	-	-	-	849.693	-	-	-	-

98	Resex Rio Xingu	PA	2008	303.005	-	-	-	-	-	-	-	-	303.005	-
99	Resex Riozinho da Liberdade	AC/AM	2005	324.906	-	12.295	5.845	-	5.205	-	-	-	307.407	-
100	Resex Riozinho do Anfrísio	PA	2004	736.144	605.668	-	7.848	7.641	17.163	-	-	-	105.672	-
101	Resex Tapajós-Arapuins	PA	1998	677.521	677.521	-	-	-	-	-	-	-	-	-
102	Resex Terra Grande Pracuúba	PA	2006	194.870	194.870	-	-	-	-	-	-	-	-	-
103	Resex Verde para Sempre	PA	2004	1.289.380	292.954	-	-	367.671	622.345	-	-	-	-	6.410
104	Esec de Maracá-Jipioca	AP	1981	60.253	-	-	-	-	-	-	-	-	60.253	-
105	Parna do Cabo Orange	AP	1980	657.328	-	16.506	-	34.877	-	-	-	-	605.945	-
106	Resex Chocoré-Mato Grosso	PA	2002	2.783	2.783	-	-	-	-	-	-	-	-	-
107	Resex de Cururuçu	MA	2004	186.057	186.057	-	-	-	-	-	831	-	-	-
108	Resex de São João da Ponta	PA	2002	3.409	3.409	-	-	-	-	-	-	-	-	-
109	Resex Mãe Grande de Curuçá	PA	2002	36.679	36.679	-	-	-	-	-	-	-	-	-
110	Resex Maracanã	PA	2002	30.180	30.180	-	-	-	-	-	-	-	-	-
111	Resex Marinha de Arai-Peroba	PA	2005	11.550	11.550	-	-	-	-	-	-	-	-	-
112	Resex Marinha de Caeté-Taperaçu	PA	2005	42.490	42.490	-	-	-	-	-	-	-	-	-
113	Resex Marinha de Gurupi-Piriá	PA	2005	72.790	72.790	-	-	-	-	-	-	-	-	-
114	Resex Marinha de Soure	PA	2001	29.579	29.579	-	-	-	-	-	-	-	-	-
115	Resex Marinha de Tracuateua	PA	2005	27.865	27.865	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL				58.021.946	9.993.900	4.838.462	297.644	14.331.564	6.215.269	1.312.983	450.182	1.502.829	17.059.845	2.970.592

BIOMA CAATINGA														
Nº	Nome da Unidade	UF	Data de Criação	Área (ha)	CDRU (ha)	Terras Indígenas (ha)	Assentamento INCRA (ha)	Glebas Arrecadadas - União (ha)	Glebas Arrecadadas - Estado (ha)	Áreas Militares (ha)	Imóveis privados certificados (ha)	Áreas Adquiridas (ha)	Terras Supostamente Devolutas (ha)	Terras Privadas (ha)
1	Esec de Aluaba	CE	2001	11.747	-	-	-	-	-	-	-	11.747	-	-
2	Esec do Castanhão	CE	2001	12.575	-	-	-	-	-	-	-	12.575	-	-
3	Esec do Seridó	RN	1982	1.124	-	-	-	-	-	-	-	1.124	-	-
4	Esec Raso da Catarina	BA	1984	104.844	-	-	-	-	-	-	112	104.844	-	-
5	Flona Contendas do Sincorá	BA	1999	11.216	-	-	-	-	-	-	-	11.216	-	-
6	Flona de Açú	RN	2001	218	-	-	-	-	-	-	-	218	-	-
7	Flona de Negreiros	PE	2007	3.005	-	-	-	-	-	-	-	3.005	-	-
8	Flona de Palmares	PI	2005	168	-	-	-	-	-	-	-	168	-	-
9	Flona de Sobral	CE	1967	661	-	-	-	-	-	-	-	661	-	-
10	Flona do Araripe-Apodi	CE	1946	38.920	-	-	-	-	-	-	-	38.920	-	-
11	Parna da Chapada Diamantina	BA	1985	152.144	-	-	-	-	-	-	4.317	3.840	120.000	28.304
12	Parna da Fuma Feia	RN	2012	8.518	-	-	4.127	-	-	-	354	-	-	8.518
13	Parna da Serra da Capivara	PI	1979	91.850	-	-	-	-	-	-	-	91.850	-	-
14	Parna da Serra das Confusões	PI	1998	823.855	-	-	-	-	174.000	-	97.985	98.438	551.417	-
15	Parna de Jericoacoara	CE	2002	8.863	-	-	-	-	5.863	-	1.795	-	-	3.000
16	Parna de Sete Cidades	PI	1961	6.304	-	-	-	-	-	-	-	6.304	-	-
17	Parna de Ubajara	CE	1959	6.271	-	-	-	-	-	-	-	6.271	-	-
18	Parna do Catimbau	PE	2002	62.295	-	-	-	-	-	-	797	-	-	62.295
19	Rebio de Serra Negra	PE	1982	625	-	-	-	-	-	-	-	625	-	-
20	Resex do Batoque	CE	2005	601	22	-	-	-	-	-	-	-	-	579
TOTAL				1.345.803	22	-	4.127	-	179.863	-	105.360	391.806	671.417	102.696

BIOMA CERRADO														
Nº	Nome da Unidade	UF	Data de Criação	Área (ha)	CDRU (ha)	Terras Indígenas (ha)	Assentamento INCRA (ha)	Glebas Arrecadadas - União (ha)	Glebas Arrecadadas - Estado (ha)	Áreas Militares (ha)	Imóveis privados certificados (ha)	Áreas Adquiridas (ha)	Terras Supostamente Devolutas (ha)	Terras Privadas (ha)
1	Esec da Serra das Araras	MT	1982	27.160	27.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2	Esec de Pirapitinga	MG	1987	1.385	-	-	-	-	-	-	1.385	-	-	
3	Esec de Urucui-Una	PI	1981	135.122	-	-	-	-	-	-	135.122	-	-	
4	Esec Serra Geral do Tocantins	BA/TO	2001	707.088	-	-	-	-	-	94.323	3.660	-	703.428	
5	Flona da Mata Grande	GO	2003	2.010	-	-	2.010	-	-	-	-	-	2.010	
6	Flona de Brasília	GO/DF	1999	9.336	-	-	-	-	9.336	-	-	-	-	
7	Flona de Capão Bonito	SP	1968	4.774	-	-	-	-	-	-	4.774	-	-	
8	Flona de Cristópolis	BA	2001	12.841	-	-	-	-	-	-	12.841	-	-	
9	Flona de Paraopeba	MG	2001	203	-	-	-	-	-	-	203	-	-	
10	Flona de Silvânia	GO	2001	487	-	-	-	-	-	-	487	-	-	
11	Parna Cavernas do Peruaçu	MG	1999	56.449	-	-	-	-	-	902	15.586	-	40.863	
12	Parna da Chapada das Mesas	MA	2005	159.954	-	-	-	-	-	13.014	-	-	159.954	
13	Parna da Chapada dos Guimarães	MT	1989	32.770	-	-	-	8.004	-	-	148	-	24.766	
14	Parna da Chapada dos Veadeiros	GO	1961	64.796	-	-	-	-	-	-	54.795	-	10.001	
15	Parna da Serra da Bodoquena	MS	2000	77.022	-	-	739	-	-	35.651	7.500	-	69.522	
16	Parna da Serra da Canastra	MG	1972	197.812	-	-	-	-	-	13.744	84.784	-	113.027	
17	Parna da Serra do Cipó	MG	1984	31.640	-	-	-	-	-	-	31.640	-	-	
18	Parna das Emas	MS/GO	1961	132.643	-	-	-	-	-	-	132.643	-	-	
19	Parna das Nascentes do Rio Parnaíba	MA/PI/BA	2002	724.334	-	-	-	-	-	204.110	-	520.215	204.119	
20	Parna das Sempre-Vivas	MG	2002	124.156	-	-	-	-	-	29.272	-	-	124.156	
21	Parna de Brasília	DF	1961	42.356	-	-	-	-	42.356	-	-	-	-	
22	Parna do Araguaia	TO	1959	555.524	178.903	376.621	-	-	-	-	-	-	-	
23	Parna Grande Sertão Veredas	BA/MG	1989	230.856	-	-	91	-	-	98.233	60.000	-	170.856	
24	Rebio da Contagem	DF	2002	3.426	-	-	-	-	-	585	-	-	3.426	
25	Resex Chapada Limpa	MA	2007	11.973	-	-	-	-	-	-	-	-	11.973	
26	Resex de Recanto das Araras de Terra Ronca	GO	2006	12.349	-	-	-	-	-	2.983	-	-	12.349	
27	Resex do Extremo Norte do Tocantins	TO	1992	9.071	-	-	111	-	-	-	-	-	9.071	
28	Resex Lago do Cedro	GO	2006	17.404	-	-	-	-	-	1.698	-	-	17.404	
29	Parna dos Lençóis Maranhenses	MA	1981	156.608	156.608	-	-	-	-	269	-	-	-	
30	Resex Marinha do Delta do Parnaíba	MA/PI	2000	27.022	27.022	-	-	-	-	288	-	-	-	
TOTAL				3.568.570	389.693	376.621	2.951	8.004	51.692	-	495.219	545.420	520.215	1.676.925

BIOMA PAMPA														
Nº	Nome da Unidade	UF	Data de Criação	Área (ha)	CDRU (ha)	Terras Indígenas (ha)	Assentamento INCRA (ha)	Glebas Arrecadadas - União (ha)	Glebas Arrecadadas - Estado (ha)	Áreas Militares (ha)	Imóveis privados certificados (ha)	Áreas Adquiridas (ha)	Terras Supostamente Devolutas (ha)	Terras Privadas (ha)
1	Esec do Taim	RS	1986	10.939	-	-	-	-	-	-	-	10.939	-	-
2	Parna da Lagoa do Peixe	RS	1986	36.722	896	-	-	-	-	-	184	-	-	35.826
TOTAL				47.661	896	-	-	-	-	-	184	10.939	-	35.826
BIOMA MATA ATLANTICA														
Nº	Nome da Unidade	UF	Data de Criação	Área (ha)	CDRU (ha)	Terras Indígenas (ha)	Assentamento INCRA (ha)	Glebas Arrecadadas - União (ha)	Glebas Arrecadadas - Estado (ha)	Áreas Militares (ha)	Imóveis privados certificados (ha)	Áreas Adquiridas (ha)	Terras Supostamente Devolutas (ha)	Terras Privadas (ha)
1	Esec da Mata Preta	PR/SC	2005	6.567	-	-	-	-	-	-	2.865	69	-	6.498
2	Esec de Aracuri-Esmeralda	RS	1981	277	-	-	-	-	-	-	-	277	-	-
3	Esec de Murici	AL	2001	6.132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.132
4	Esec Mico-Leão-Preto	SP	2002	6.681	-	-	671	-	-	-	3.089	-	-	6.681
5	Flona da Restinga de Cabedelo	PB	2004	115	-	-	-	-	-	-	-	115	-	-
6	Flona de Assungui	PR	1968	561	-	-	-	-	-	-	-	561	-	-
7	Flona de Caçador	SC	1968	707	-	-	-	-	-	-	-	707	-	-
8	Flona de Canela	RS	1968	564	-	-	-	-	-	-	-	564	-	-

9	Floa de Chapecó	SC	1968	1.604	-	-	-	-	-	-	-	1.604	-	-
10	Floa de Goytacazes	ES	2002	1.426	-	-	-	-	-	-	-	1.426	-	-
11	Floa de Ibirama	SC	1988	519	-	-	-	-	-	-	-	519	-	-
12	Floa de Ipanema	SP	1992	5.385	-	-	1.135	-	-	-	-	4.250	-	1.135
13	Floa de Itati	PR	1968	3.803	-	-	-	-	-	-	-	3.803	-	-
14	Floa de Lorena	SP	2001	281	-	-	-	-	-	-	-	281	-	-
15	Floa de Nísia Floresta	RN	2001	169	-	-	-	-	-	-	-	169	-	-
16	Floa de Pacotuba	ES	2002	449	-	-	-	-	-	-	-	449	-	-
17	Floa de Passa Quatro	MG	1968	335	-	-	-	-	-	-	-	335	-	-
18	Floa de Passo Fundo	RS	1968	1.334	-	-	-	-	-	-	-	1.334	-	-
19	Floa de Pirai do Sul	PR	2004	170	-	-	-	-	-	-	-	170	-	-
20	Floa de Ritópolis	MG	1999	89	-	-	-	-	-	-	-	89	-	-
21	Floa de São Francisco de Paula	RS	1968	1.616	-	-	-	-	-	-	-	1.616	-	-
22	Floa de Três Barras	SC	1968	4.385	-	-	-	-	-	-	-	4.385	-	-
23	Floa do Ibura	SE	2005	144	-	-	-	-	-	-	-	144	-	-
24	Floa do Rio Preto	ES	1990	2.817	-	-	-	-	-	-	-	2.817	-	-
25	Floa Mário Xavier	RJ	1986	496	-	-	-	-	-	-	-	496	-	-
26	Parna da Restinga de Jurubatiba	RJ	1998	14.867	606	-	-	-	-	-	668	1.049	-	13.212
27	Parna da Serra da Bocaina	RJ/SP	1971	104.046	-	218	-	-	-	-	66	47.452	-	56.376
28	Parna da Serra das Lontras	BA	2010	11.344	-	-	-	-	-	-	56	-	-	11.344
29	Parna da Serra do Itajaí	SC	2004	57.375	-	-	-	-	-	-	12.600	195	-	57.180
30	Parna da Serra dos Órgãos	RJ	1984	20.021	-	-	-	-	-	-	-	20.021	-	-
31	Parna da Serra Geral	SC/RS	1992	17.302	-	-	-	-	-	-	117	5.744	-	11.558
32	Parna da Tijuca	RJ	1961	3.959	-	-	-	-	-	-	-	3.959	-	-
33	Parna das Araucárias	SC	2005	12.810	-	-	-	-	-	-	1.618	-	-	12.810
34	Parna de Aparados da Serra	SC/RS	1959	13.148	-	-	-	-	11	-	-	8.160	-	4.977
35	Parna de Boa Nova	BA	2010	12.065	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.065
36	Parna de Ilha Grande	MS/PR	1997	76.079	-	-	-	-	-	-	837	3.824	-	71.959
37	Parna de Itatiaia	MG/RJ	1937	28.086	-	-	-	-	-	-	833	102	-	27.984
38	Parna de Saint-Hilaire/Lange	PR	2001	25.119	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.119
39	Parna de São Joaquim	SC	1961	44.742	-	-	-	-	-	-	2.134	12.102	-	32.640
40	Parna do Alto do Cariri	BA	2010	19.238	-	-	-	-	-	-	584	-	-	19.238
41	Parna do Caparaó	ES/MG	1961	31.763	-	-	-	-	-	-	-	682	-	31.081
42	Parna do Descobrimento	BA	1999	22.694	-	-	-	-	-	-	-	22.694	-	-
43	Parna do Iguaçu	PR	1939	169.697	-	-	-	-	3.000	-	-	166.697	-	-
44	Parna do Pau Brasil	BA	1999	18.935	-	-	-	-	-	-	585	-	-	18.935
45	Parna do Superagui	SP/PR	1989	33.861	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.861
46	Parna dos Campos Gerais	PR	2006	21.299	-	-	-	-	-	-	4.594	-	-	21.299
47	Parna e Histórico do Monte Pascoal	BA	1961	22.332	-	22.274	-	-	-	-	-	58	-	-
48	Parna Serra de Itabaiana	SE	2005	7.999	-	-	-	-	-	-	-	135	-	7.864
49	Rebio Augusto Ruschi	ES	1982	3.562	-	-	-	-	-	-	-	3.562	-	-
50	Rebio Bom Jesus	PR	2012	34.179	8.500	-	-	-	-	-	-	-	-	25.679
51	Rebio da Mata Escura	MG	2003	50.873	-	-	597	-	-	-	642	379	-	50.494
52	Rebio das Araucárias	PR	2006	14.930	-	-	94	-	-	-	2.463	-	-	14.930
53	Rebio das Perobas	PR	2006	8.716	-	-	-	-	-	-	8.302	-	-	8.716
54	Rebio de Pedra Talhada	PE/AL	1989	4.414	-	-	-	-	-	-	-	3.783	-	631
55	Rebio de Poço das Antas	RJ	1974	5.053	-	-	-	-	-	-	-	5.053	-	-
56	Rebio de Saltinho	PE	1983	563	-	-	-	-	-	-	-	563	-	-
57	Rebio de Sooretama	ES	1982	27.859	-	-	-	-	-	-	-	27.859	-	-
58	Rebio de Una	BA	1980	18.515	-	-	-	-	-	-	-	5.000	-	13.515
59	Rebio do Córrego do Veado	ES	1982	2.376	-	-	-	-	-	-	-	2.376	-	-
60	Rebio do Córrego Grande	ES	1989	1.504	-	-	-	-	-	-	-	1.504	-	-

61	Rebio do Tingua	RJ	1989	24.841	-	-	-	-	-	-	-	24.841	-	-
62	Rebio Guaribas	PB	1990	4.052	-	-	-	-	-	-	-	4.052	-	-
63	Rebio União	RJ	1998	2.923	2.923	-	-	-	-	-	-	-	-	-
64	Resex do Mandira	SP	2002	1.178	1.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-
65	Esec da Guanabara	RJ	2006	1.936	1.936	-	-	-	-	-	-	-	-	-
66	Esec de Carijós	SC	1987	759	-	-	-	-	-	-	-	759	-	-
67	Esec de Guaraqueçaba	PR	1982	4.476	-	-	-	-	-	-	-	4.476	-	-
68	Esec de Tambois	RJ	1990	9.361	-	-	-	-	-	-	-	9.361	-	-
77	Resex Acau Golana	PB/PE	2007	6.677	6.677	-	-	-	-	-	-	-	-	-
78	Resex de Canavieiras	BA	2006	100.728	84.133	-	-	-	-	-	-	-	-	16.595
79	Resex de Cassurubá	BA	2009	100.769	68.497	-	-	-	-	-	-	-	-	32.272
80	Resex Marinha da Baía do Iguapé	BA	2000	10.083	10.083	-	-	-	-	-	21	-	-	-
81	Resex Marinha da Lagoa do Jequiá	AL	2001	10.204	10.204	-	-	-	-	-	5	-	-	-
82	Resex Marinha do Arraial do Cabo	RJ	1997	51.677	51.677	-	-	-	-	-	-	-	-	-
84	Resex Marinha do Pirajubaé	SC	1992	1.712	1.712	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL				1.339.326	248.126	22.493	2.497	-	3.011	-	42.078	412.620	-	652.781
BIOMA PANTANAL														
Nº	Nome da Unidade	UF	Data de Criação	Área (ha)	CDRU (ha)	Terras Indígenas (ha)	Assentamento INCRA (ha)	Glebas Arrecadadas - União (ha)	Glebas Arrecadadas - Estado (ha)	Áreas Militares (ha)	Imóveis privados certificados (ha)	Áreas Adquiridas (ha)	Terras Supostamente Devolutas (ha)	Terras Privadas (ha)
1	Esec de Taiaua	MT	1981	11.555	11.555	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Parna do Pantanal Matogrossense	MS/MT	1981	135.608	135.608	-	-	-	-	-	20	-	-	-
TOTAL				147.163	147.163	-	-	-	-	-	20	-	-	-
BIOMA MARINHO COSTEIRO														
Nº	Nome da Unidade	UF	Data de Criação	Área (ha)	CDRU (ha)	Terras Indígenas (ha)	Assentamento INCRA (ha)	Glebas Arrecadadas - União (ha)	Glebas Arrecadadas - Estado (ha)	Áreas Militares (ha)	Imóveis privados certificados (ha)	Áreas Adquiridas (ha)	Terras Supostamente Devolutas (ha)	Terras Privadas (ha)
1	Esec Tupinambás	SP	1987	2.464	-	-	-	-	-	-	-	2.464	-	-
2	Esec dos Tupiniquins	SP	1986	1.728	-	-	-	-	-	-	-	1.728	-	-
3	Parna Marinho de Fernando de Noronha	PE	1988	10.928	10.928	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Parna Marinho dos Abrolhos	BA	1983	87.943	87.943	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Rebio de Comboios	ES	1984	785	-	-	-	-	-	-	-	785	-	-
6	Rebio de Santa Isabel	SE	1988	5.547	-	-	134	-	-	-	-	5.548	-	-
7	Rebio do Atol das Rocas	PE	1979	35.187	35.187	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8	Rebio Marinha do Arvoredo	SC	1990	17.105	17.105	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	Resex Marinha do Corumbau	BA	2000	89.598	89.598	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Resex Prainha do Canto Verde	CE	2009	29.805	29.173	-	-	-	-	-	-	-	-	633
11	Parna Marinho das Ilhas dos Currais	PR	2013	1.360	1.360	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL				282.449	271.293	-	134	-	-	-	-	10.523	-	633
TOTAL GERAL				64.752.919	11.051.093	5.237.576	307.352	14.339.568	6.449.834	1.312.983	1.093.043	2.874.137	18.251.477	5.439.453

DOMÍNIO DAS TERRAS EM UNIDADES DE	
DOMÍNIO	ÁREA (ha)
Terras públicas federais e bens da União	29.577.780
Terras Indígenas	5.237.576
Terras públicas estaduais	6.449.834
Terras Privadas	5.439.453
Terras Supostamente Devolutas	18.251.477
Subtotal	64.956.120

compreende CDRU, Terras da União, Militares e Terras adquiridas

Unidades de Conservação que admitem domínio privado das terras (APA, Arie, Revis e MN)	10.295.847
TOTAL	75.251.968

Arquivos utilizados	Fonte	Data de
CDRU (S2000_CGS_CDRU_UC)	ICMBio	Jun_2013
Terra indígena	FUNAI	Mai_2013
Assentamento (assentamentos_S2000_jun2013)	INCRA	Jun_2013
Gleba Arrecadada da União	INCRA	Mar_2013
Área Militar (AREA_MILITAR_sirgas2000)		
Gleba Arrecadada do Estado AM	ITEAM	
Gleba Arrecadada do Estado PA	ITERPA	
Imóveis certificados (Imoveiscertificados)	INCRA	Jun_2013

OBS: Terras Privadas e Terras Devolutas (ha) – corresponde à Equação "E1-F1-G1-H1-I1-J1-K1". Os imóveis certificados não foram contabilizados junto com as demais áreas da UC pois a certificação não garante a legitimidade da titularidade. Portanto os mesmos poderão ser desconstituídos

Anexo V

Maio de 2014

Entidade Executora: ICMBio
 Nome do Projeto: Parcerias Ambientais Público-Privada
 Número do Projeto: BR – M1120
 Período: 2014

Componente I. Unidades de Conservação (UC) diagnosticadas e modelos de PAPP sistematizados

Objetivo do componente: Tem como objetivo identificar e avaliar a situação atual das UC, identificar as distintas modalidades de cooperação público-privada que podem se dar de acordo com o tipo de bioma; e desenvolver os instrumentos (delineamentos e guias) e mecanismos de acordo com os diferentes contextos. Contempla ainda este componente a seleção dos projetos-piloto.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO - AI -	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4				Metas a cumprir	Indicadores	Produtos	PRESUPUESTO USD			Responsável	Comentários
	TR 1	TR 2	TR 3	TR 4	TR 1	TR 2	TR 3	TR 4	TR 1	TR 2	TR 3	TR 4	TR 1	TR 2	TR 3	TR 4				FOMIN	AE	Total		
AI I.1. Análise situacional da gestão das UC, diagnóstico de problemas e cenários																		Ind. I.1 – Matriz de tipos de AAPP por classificação de UC desenvolvida	Prod.I.1 - Diagnóstico da situação atual – análise do problema					
AI. I.1.1 Levantamento dos insumos e dos recursos disponíveis, além de estimativas para a Gestão das UC, segundo suas categorias (orçamentários, extra orçamentários, recursos humanos, potencial de arrecadação e cenários)																								
AI. I.1.2 Avaliação dos diferentes mecanismos atuais aplicados na Gestão das UC e dos respectivos estágios de implantação (Plano de Manejo, Conselhos, Outros Requerimentos)																								
AI. I.1.3 Levantamento e avaliação comparativa (nacional e internacional) de indicadores e parâmetros globais de gestão de UC																								
AI. I.1.4 Apresentação, validação e publicação de documento de Análise e Perspectivas de Gestão das UC.																								

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51397751.

Prod. I.3.a –
Matriz de tipos de
PAPP por
classificação de
UC desenvolvida

ICMBio

Nome do Projeto:

Parcerias Ambientais Público-Privada

Número do Projeto

BR - M1120

Período:

2014

Al 1.3.4. Ranqueamento das UC e priorização dos projetos-piloto

Prod. I.3.b –
Relatório com o
ranking das UC
para aplicação de
instrumentos e
arranjos
institucionais de
Parcerias
Ambientais
Público-Privadas,
de acordo com os
critérios definidos
no Produto I.3.a

Al 1.3.5. Seleção dos projetos-pilotos

Entidade Executora: ICMBio
 Nome do Projeto: Parcerias Ambientais Público-Privada
 Número do Projeto: BR – M1120
 Período: 2014

Componente II. ICMBio fortalecido para o desenvolvimento dos projetos pilotos.

Objetivo do Componente: Tem como objetivo aplicar e ajustar os instrumentos e mecanismos desenvolvidos no componente I, em quatro projetos-piloto selecionados da lista desse componente; e fortalecerá o manejo sustentável e a formação da regulamentação da lei de PAPP, além da elaboração de procedimentos de gestão

AI II.1 – Diagnóstico e mapeamento de cada UC selecionada (quatro), que inclua cenários de participação das comunidades locais, potenciais sócios e oportunidades de negócio

Prod. II.1 – Quatro documentos contendo em cada um deles o diagnóstico específico da respectiva UC selecionada, de maneira a retratar a realidade local do ponto de vista de oportunidades de negócios com os arranjos produtivos locais, incluindo aspectos sócio-econômicos e políticos diante do contexto em que se encontra cada UC (cenários)

AI II.1.1 - Diagnóstico da realidade local: parcerias, comunidades locais, oportunidades de negócio

AI.II.2 – Elaboração da série de documentos e procedimentos que sirvam a todos os processos de licitação, desde o estudo de viabilidade até a assinatura do contrato a cargo do ICMBio

Prod. II.2.b –
Elaboração de um
modelo padrão
(aplicação,
medição e
divulgação) de
Pesquisa de
Satisfação
(comunidades,
beneficiários,
usuários, setor
privado, terceiro
setor) em relação
às UC com PAPP

[illegible]

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51397751.

AI.II.6 – Consultoria para cálculo da linha de base da estimativa de geração de gases de efeito estufa			Prod. II.6 – Sistema de monitoramento de emissões de gases que contribuem para o efeito estufa nas UC selecionadas nos projetos-piloto, inclusive com a definição da linha de base para definição de metas e acompanhamento						
AI.II.6.1 – Realização de consultoria especializada para avaliação da geração de emissão de gases de efeito estufa com advento das PAPPs									

O objetivo deste componente é formular a política ambiental de gestão das UC e adequar o marco legal ao desenvolvimento de PAPP; e elaborar mecanismos que permitam sua operatividade

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51397751.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51397751.

Entidade Executora: ICMBio
 Nome do Projeto: Parcerias Ambientais Público-Privada
 Número do Projeto: BR – M1120
 Período: 2014

Componente IV - Gestão do Conhecimento e Comunicação: Promoção do Conhecimento e Divulgação dos Resultados do Programa

O objetivo deste componente é documentar e disseminar o conhecimento gerado neste projeto. Este componente se propõe a divulgar os modelos, políticas, regulamentos através da participação em eventos e de publicações

AI.IV.1 - Governos federais, estaduais e municipais para explorar novos e melhores modelos de gestão dos ativos ambientais e que, por sua vez, otimizam as finanças públicas			Ind.IV.1 – Personas participantes en el Foro internacional de intercambio	Prod.IV.1 – Realização de um Fórum Internacional de Boas Práticas em gestão e uso público de UC com as melhores práticas e iniciativas no Brasil e no mundo de alianças e/ou parcerias ambientais para gestão e uso público de UC						
AI.IV.1.1 - Capacitação federal, estadual e municipal para a disseminação dos instrumentos e mecanismos de parceria com o setor privado para o apoio, a implementação e a gestão de UC				Prod.IV.2 - Documento divulgado e publicado contendo um apanhado das principais práticas e iniciativas apresentadas no Fórum Internacional de Boas Práticas em gestão e uso público						

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51397751.

Entidade Executora: ICMBio
 Nome do Projeto: Parcerias Ambientais Público-Privada
 Número do Projeto: BR – M1120
 Período: 2014

At.IV.4.1 - Produção e divulgação do guia metodológico das PAPPs

Ind. IV.3 – Guias metodológicas para el desarrollo de AAPPs publicadas

Prod.IV.3 –
 Publicação de um Guia Metodológico das alianças e/ou parcerias ambientais sistematizadas nos pilotos contendo os padrões alcançados, indicadores e variáveis de controle e de acompanhamento, considerando também os "achados" do Programa, inclusive as possibilidades, que se revelarem viáveis, de alterações no Marco Legal e dos procedimentos e rotinas de gestão que forem estabelecidas